

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MATHEUS DIAS TAVARES

**Entre o judicial e o extrajudicial:
obstáculos à adoção dos serviços de conciliação e mediação por notários e registradores**

Rio de Janeiro, dezembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MATHEUS DIAS TAVARES

**Entre o judicial e o extrajudicial:
obstáculos à adoção dos serviços de conciliação e mediação por notários e registradores**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor José Guilherme Vasi Werner e coorientação do professor Francis Pignatti do Nascimento, apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, dezembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**Entre o judicial e o extrajudicial:
obstáculos à adoção dos serviços de conciliação e mediação por notários e registradores**

Elaborado por: MATHEUS DIAS TAVARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
FGV DIREITO RIO como requisito parcial
para a obtenção do grau de bacharel em
Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do Orientador: José Guilherme Vasi Werner

Nome do Coorientador: Francis Pignatti do Nascimento

Nome do Examinador 1: Carlos Roberto Jatahy

Nome do Examinador 2: Alessandra Mendes Spalding

José Guilherme Vasi Werner

Francis Pignatti do Nascimento

Carlos Roberto Jatahy

Alessandra Mendes Spalding

Nota final: _____

Rio de Janeiro, _____ de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos. Afinal, foram cinco anos entre Botafogo, Copacabana, Pequim, Pesaro-Milão-Valenza e em pouquinho de Flamengo. Foram 5 anos que me ensinaram mais do que Robert Alexy, Ronald Dworkin, e outros nomes impronunciáveis. Mais do que a diferença entre prescrição e decadência, entre as tantas Teorias Maiores e Menores, Objetivas e Subjetivas, mais do que o vasto campo da hermenêutica, foram cinco anos que me concederam e reafirmaram aquele quem eu sou.

Neste vasto e interminável aprendizado, gostaria de agradecer, contudo, a todos os desconhecidos que gentilmente cruzaram meu caminho nesses cinco anos e, mesmo sem saber, ensinaram-me tanto.

Ao casal chileno que, em meu primeiro dia em terras cariocas, emprestou-me dinheiro para dormir em um hostel depois de ter ficado trancado para fora de casa às 4h da manhã.

À atendente da Vezpa da Muniz Barreto que me alegrava enquanto devorava ansioso todos os pedaços de pizza que podia durante as madrugadas cheias de desespero das semanas de provas.

Ao barqueiro que, às 23h30, topou trazer-nos da Ilha de Paquetá até a Praça Marechal Âncora, em um horário em que os catamarãs já não operavam mais, e me proporcionar uma das experiências mais fascinantes da minha vida.

Ao homem uigur de meia-idade e cara fechada que, sem sequer falar chinês, presenteou-me com um apimentado macarrão instantâneo enquanto o trem corria sob o sol escaldante do deserto de Gobi rumo a Kashgar.

A todos aqueles que me acolheram durante a World Pride NYC 2019 ao saberem que eu estava zerado depois de ter sido roubado em San Francisco a caminho do aeroporto.

Ao senhor simples, de bermuda e chinelos gastos, que me ajudou a pagar o metrô no Terminal Tietê, a caminho de casa, logo após eu ter percebido que estava sem trocados.

Ao argentino que, de passagem pela beira da estrada, concertou minha bicicleta enquanto eu, Maria Leticia Moderno e Maria Luiza Belmiro voltávamos de Punta Uva a Puerto Viejo de Talamanca e o sol se punha e o medo da escuridão nascia.

Ao senhor da Kombi que nos deu carona da Pedra Bonita até Botafogo depois de termos passado a noite em claro para ver o sol nascer naquele primeiro dia de primavera de 2016.

A vocês e aos muitos outros que, sem esperar nada em troca, deram-me e me ensinaram tanto, meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os obstáculos à adoção dos serviços de conciliação e mediação por notários e registradores no Brasil. Em 2018, o CNJ, por meio de seu Provimento n. 67, regulamentou o exercício de tais métodos consensuais de solução de conflitos em todos os cartórios do país. Atendendo à uma reivindicação antiga dos próprios titulares de serventias extrajudiciais, o Provimento visa a regulamentar o art. 42 da Lei de Mediação e fomentar a conciliação e mediação extrajudiciais como vias de efetivo acesso à Justiça. Parte de um movimento maior, o Provimento n. 67 coaduna-se a diversas iniciativas internacionais que pretendem conceder novas atribuições aos tradicionais serviços de notas e registros como forma de desafogar o Poder Judiciário. Contudo, passados 2 anos de sua publicação, o Provimento n. 67 revela-se de pouca efetividade. Assim sendo, considerando a relevância dos métodos consensuais de solução de conflitos como forma de acesso à Justiça, pretende-se identificar as incompatibilidades entre as características peculiares das serventias extrajudiciais e a baixa adoção ao Provimento n. 67.

Palavras-chave: Conciliação. Mediação. Cartórios. Provimento n. 67. CNJ.

ABSTRACT

This paper aims to identify obstacles to the adoption of conciliation and mediation services by notaries and registrars in Brazil. In 2018, through its Provision no. 67, the National Council of Justice (“CNJ”) regulated the exercise of such Alternative Dispute Resolution methods in all notary offices in the country, which aims to regulate the article 42 of the Brazilian Mediation Law and promote extrajudicial conciliation and mediation as ways of effective access to Justice. Part of a larger movement, Provision no. 67 is in line with several international initiatives that intend to grant new assignments to traditional notary services as a way of relieving the Judiciary. However, two years after its publication, Provision no. 67 doesn’t seem to be very effective. Therefore, considering the relevance of ADRs as means of access to Justice, the present essay intends to identify the incompatibilities between the peculiar characteristics of Brazilian notary services and the low adoption of Provision no. 67.

Keywords: ADR. Mediation. Conciliation. Notary. National Council of Justice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	<i>Alternative Dispute Resolution</i>
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
LM	Lei de Mediação
MASC	Método Alternativo/ Adequado de Solução de Conflitos
NUPEMEC	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A Justiça conciliativa no Brasil	4
1.1. O efetivo acesso à Justiça	4
1.2. O microssistema brasileiro da conciliação e da mediação	7
1.2.1. Aspecto micro	10
1.2.1.1. Princípios	11
1.2.1.2. Conciliadores e mediadores	13
1.2.2. Aspecto macro	15
1.2.2.1. Conselho Nacional de Justiça	15
1.2.2.2. Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	19
1.2.2.3. Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	20
2. Entre o judicial e o extrajudicial: os serviços de notas e registros	22
2.1. As serventias extrajudiciais	22
2.1.1. Dos notários e registradores	22
2.1.2. Da natureza jurídica dos serviços de notas e registros	24
2.1.3. Da gestão das serventias extrajudiciais	26
2.1.4. Dos emolumentos e da gratuidade de justiça	28
2.1.5. Da fiscalização pelo Poder Judiciário	29
2.2. Notários e registradores como conciliadores e mediadores	30
2.2.1. Aspecto micro	31
2.2.2. Aspecto macro	34
2.3. Experiências internacionais: a atuação de notários e registradores nos serviços de mediação	34
3. Obstáculos à adoção do Provimento CNJ n. 67/2018	38
3.1. Experiências prévias ao Provimento CNJ n. 67/2018	38
3.2. Provimento CNJ n. 67/2018	40
3.3. Obstáculos identificados	45
3.3.1. Regulamentação	45
3.3.2. Vacância	46
3.3.3. Serventias deficitárias	47
3.3.4. Emolumentos	50
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

No dia 27 de março de 2018, o Conselho Nacional de Justiça aprovou o seu Provimento n. 67/2018, disciplinando os procedimentos de conciliação e mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil. Somando-se aos constantes esforços empregados ao longo da última década no sentido de fomentar métodos alternativos de solução de conflitos no país, a iniciativa foi vista com bons olhos por diferentes setores da sociedade¹. Os entusiastas da medida tinham a normativa como um “avanço na autocomposição de conflitos no Brasil” e, por conseguinte, uma ampliação nos instrumentos de acesso à Justiça, e uma possibilidade de alívio aos tribunais nacionais.

Passados dois anos da publicação do Provimento n. 67, entretanto, a medida revela-se de pouca efetividade. Ainda que diante da escassez de números oficiais sobre a aderência das serventias aos serviços de conciliação e mediação, os poucos dados disponíveis são o bastante para revelar o insucesso da normativa até o presente momento. A título de exemplo, consoante a dados disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul³, das 771⁴ serventias gaúchas, apenas uma aderiu ao Provimento n. 67.

Frente a tal cenário, o presente trabalho destina-se a identificar e explicar os possíveis obstáculos à adoção dos serviços de conciliação e mediação por notários e registradores, considerando as muitas peculiaridades que tais serviços apresentam. Parte-se da hipótese de que o Provimento n. 67, apesar de se mostrar em consonância com muitos dos princípios e requisitos relativos à conciliação e à mediação, não se atenta a certas características dos serviços de notas e registros, tornando-se de pouca, ou nenhuma, atratividade aos titulares de cartórios. Para tanto, foi utilizada extensa pesquisa bibliográfica, incluindo: livros, periódicos, jurisprudência, legislação, base de dados e eventos.

¹ CARTÓRIOS poderão realizar mediação e conciliação para solucionar conflitos. **IBDFAM**, Belo Horizonte, 04 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/noticias/6574/Cart%C3%B3rios+poder%C3%A3o+realizar+media%C3%A7%C3%A3o+e+concilia%C3%A7%C3%A3o+para+solucionar+conflitos>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

² OLIVEIRA, Eduardo. CNJ autorizou e disciplinou a realização de serviços de conciliação e mediação em cartórios extrajudiciais. **MPPR**, 20 jul. 2018. Disponível em: <<https://civel.mppr.mp.br/2018/07/17/CNJ-autorizou-e-disciplinou-a-realizacao-de-servicos-de-conciliacao-e-mediacao-em-cartorios-extrajudiciais.html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

³ TJRS. Listagem publica dos serviços notariais e de registro autorizados para os procedimentos de conciliação e de mediação, 16 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-extrajudiciais/listagem-publica-dos-servicos-notariais-e-de-registro-autorizados-para-os-procedimentos-de-conciliacao-e-de-mediacao/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça Aberta, serventias extrajudiciais cadastradas e ativas. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Para se visualizar e compreender a relação entre as características das serventias extrajudiciais e a baixa adesão ao Provimento n. 67, o presente trabalho foi dividido em três capítulos distintos. Em um primeiro momento, serão introduzidas as principais questões relativas à implementação e ao atual funcionamento dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos no Brasil, de modo a evidenciar suas nuances, as normas pertinentes à temática, as diferenças entre a conciliação e a mediação judiciais e extrajudiciais, bem como os principais atores envolvidos em tais procedimentos. No capítulo 2, serão apresentadas as particularidades dos serviços de notas e registros, como sua natureza jurídica, sua forma de gestão e sua relação com o Poder Judiciário, de modo a pontuar possíveis zonas de convergência e divergência entre tais atividades e os serviços de conciliação e mediação. Por fim, no capítulo 3, será realizada uma análise crítica das principais disposições trazidas pelo Provimento n. 67 em comparação com as peculiaridades inerentes às serventias extrajudiciais, identificando, assim, possíveis óbices à adoção de referidos métodos consensuais por notários e registradores.

Concomitante a tal objetivo central, pretende-se ainda expor: a crescente relevância das serventias extrajudiciais como vias de acesso à Justiça; o campo de possibilidades a ser explorado pelos serviços de notas e registros como meio de se desafogar o Poder Judiciário; e a urgência em se expandir os métodos consensuais de solução de conflitos para além dos limites da estrutura judiciária.

O presente trabalho justifica-se em razão da necessidade de se promover a conciliação e a mediação extrajudiciais no cenário nacional. É notório que os incentivos ao uso de métodos consensuais têm surtido cada vez mais efeitos no Brasil. Ainda assim, observa-se uma clara ênfase em procedimentos judiciais em detrimento daqueles extrajudiciais, os quais apresentam um campo vasto ainda a ser explorado.

Nesse sentido, insta considerar que tramitam inúmeras iniciativas legislativas no Congresso Nacional cujo objetivo primordial é fomentar os métodos extrajudiciais de soluções de conflitos. Dentre elas, tem destaque a Proposta de Emenda à Constituição n. 108⁵, a qual pretende incluir “entre os direitos e deveres individuais e coletivos o estímulo pelo Estado à adoção de métodos extrajudiciais de solução de conflitos”. Segundo consta do parecer do Relator, o Senador Cidinho Santos, quando na CCJ, “ao estimular a desjudicialização, o

⁵ BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 108**. Acrescenta inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer o emprego de meios extrajudiciais de solução de conflitos como um direito fundamental. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122592>>. Acesso em: 28 out. 2020.

Estado não apenas reduz o número de processos judiciais, como também desperta nos indivíduos um espírito de conciliação que pacifica o convívio social⁶”.

Na mesma direção, o Projeto de Lei n. 7.600/2014⁷, mirando especificamente as serventias extrajudiciais, pretende atribuir novas funções aos notários, dentre as quais destaca-se a possibilidade de atuarem como conciliadores e mediadores. Como se extrai das justificativas do PL:

(...) o presente projeto visa aumentar a atribuição e atuação dos notários, possibilitando-os atuar nos meios alternativos de solução de conflitos, que são poderosas ferramentas de pacificação social, tais como a mediação, a conciliação e a arbitragem, que são instrumentos efetivos de solução e prevenção de litígios, e que sua apropriada disciplina em programas já implementados no País tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças⁸.

Frente a estes anseios legislativos, à comprovada efetividade da conciliação, da mediação e das serventias extrajudiciais como vias de acesso à Justiça, à sabida necessidade de se aliviar a carga de processos no seio do Poder Judiciário, o presente trabalho pretende, por fim, lançar luzes sobre as mudanças de paradigmas que podem vir a florescer nos próximos anos no que diz respeito aos meios de pacificação social.

⁶ *Ibidem*.

⁷ BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.600, de 22 de maio de 2014**. Acrescenta incisos ao art. 6º da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, que “regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios)”, a fim de estabelecer novas atribuições aos notários. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616794>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

⁸ *Ibidem*.

1. A Justiça conciliativa no Brasil

Conciliativa, porque todos tendem à conciliação. Justiça, porque perderam sua antiga característica negocial, para se enquadrarem no amplo quadro da política judiciária. Trata-se, em última análise, de acesso à justiça.⁹

Das Ordenações Filipinas à promulgação da Constituição Cidadã, “a preocupação pela solução amigável dos conflitos sempre existiu no Brasil¹⁰”. As últimas décadas, contudo, testemunharam um crescimento exponencial na implementação de políticas públicas voltadas ao fomento de métodos autocompositivos. Da publicação da Resolução CNJ n. 125 ao recente Provimento CNJ n. 67, a temática ocupa um papel de relevo na agenda nacional.

Não obstante, a conversão da “cultura da sentença” em “cultura de conciliação” exige uma ruptura radical com certos paradigmas relativos ao Poder Judiciário, dentre os quais destacam-se no presente trabalho: i. uma necessária releitura do princípio constitucional do acesso à Justiça; ii. o papel do CNJ como maestro da organização judiciária em detrimento/complementação aos Tribunais; e iii. a participação crescente de entes privados nos métodos autocompositivos - notadamente os notários e registradores.

Nessa senda, este capítulo destina-se a apresentar brevemente os principais pontos relativos à Justiça conciliativa no Brasil, seus atores, seus fundamentos e suas controvérsias, para, posteriormente, avaliar a congruência destes com o exercício da conciliação e mediação por notários e registradores.

1.1. O efetivo acesso à Justiça

A segunda metade do século XX foi palco de uma paulatina, mas revolucionária, releitura do princípio do acesso à Justiça. Da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946¹¹, ao art. 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil

⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. Os Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Novo CPC. In: BONATO, Giovanni et. al. **O Novo Código de Processo Civil**: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015. p. 2.

¹⁰ WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesse**. In: Disponível em: <<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=29045>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

¹¹ Como se extrai de seu artigo 141, §4º “A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual”. BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

de 1988¹² (a qual concedeu-lhe *status* de direito fundamental), o acesso à Justiça deixou de ser apreciado por seu aspecto meramente formal para “recuperar os laços entre o processo civil, o direito material e a realidade social, procurando dimensionar o processo como um efetivo instrumento para a tutela de direitos¹³”.

Mais do que simples direito de ação¹⁴, o acesso à Justiça deve ser efetivo. A dificuldade reside, contudo, na definição do que se entende por “efetividade”. Nas palavras de Mauro Cappelletti e Bryant Garth¹⁵, em seu aclamado “Acesso à Justiça”, “a efetividade perfeita, no contexto de um dado direito substantivo, poderia ser expressa como a completa ‘igualdade de armas’”. Em outros termos, o acesso efetivo à Justiça seria aquele em que a decisão de um conflito resultasse exclusivamente da análise das questões jurídicas em disputa, de modo que todas as interferências alheias ao Direito - tais como desvantagens econômico-sociais - não fossem consideradas na resolução da lide.

Embora utópico, os autores identificam três obstáculos que inviabilizam a efetividade de tal cenário: i. custas judiciais; ii. possibilidades das partes; e iii. problemas especiais de interesses difusos.

Ao analisá-los, Cappelletti e Garth¹⁶ notam a existência de três ondas renovatórias pelo acesso à Justiça. Em resumo, os autores asseveram que, em um primeiro momento, instituiu-se a assistência judiciária aos mais pobres; em seguida, buscou-se reconhecer os direitos difusos e coletivos; e, por fim, tenta-se simplificar os procedimentos e o funcionamento do Poder Judiciário - conjuntura que recebeu a alcunha de “ênfase de acesso à Justiça”.

Nas palavras de Cappelletti e Garth¹⁷:

Essa ‘terceira onda’ de reforma inclui a advocacia, judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos, mas vai além. Ela centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas.

¹² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

¹³ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 47.p. 47.

¹⁴ Embora parte da Doutrina entenda o direito de ação como sinônimo de acesso à Justiça, no presente contexto ele significa a mera possibilidade formal de ingressar em juízo, desconsiderando barreiras econômicas e sociais.

¹⁵ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p. 28.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*. p. 67.

Ainda segundo os autores¹⁸:

Os juristas precisam, agora, reconhecer que as técnicas processuais servem a funções sociais; **que as cortes não são a única forma de solução de conflitos a ser considerada.** (grifos nossos)

A sugestão de Cappelletti e Garth aponta para uma solução ampla ao problema do acesso à Justiça. Além da urgente necessidade em se simplificar procedimentos e reestruturar a organização judiciária, os tribunais devem deixar de ser vistos como via única de pacificação social. Afinal, “nas patologias jurídicas das relações humanas, a tendência moderna é criar mecanismos simples, céleres e intermediários de solução dos conflitos, evitando, com isso, a sobrecarga do Poder Judiciário¹⁹”.

Consoante a tal assertiva, o acesso à Justiça deixa de ser visto como sinônimo de acesso aos tribunais. A partir do pensamento de autores como os próprios Cappelletti e Garth, o prof. Frank Sander e seu conhecido *Multidoor Courthouse*²⁰ e, no caso brasileiro, de Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Cândido Rangel Dinamarco, a figura dos conhecidos *Alternative Dispute Resolutions* (“ADR”) – aqui referidos por sua versão portuguesa “Métodos Alternativos/Adequados de Solução de Conflitos (‘MASCs’)” – ganha relevância como instrumentos de pacificação social.

Nesse cenário, outros atores passam a entrar em cena. Dentre eles, os tradicionais cartórios de notas e registros, pouco a pouco, têm experimentado uma verdadeira reformulação em suas funções originais, angariando novas atribuições e exercendo um papel de maior destaque no dia a dia da população – como será oportunamente explanado. Afinal de contas, quando se diz respeito ao fomento dos MASCs, “outras organizações que contribuam para a concretização do direito - especialmente segmentos reconhecidos pela população, como as serventias extrajudiciais - também são bem-vindas²¹”.

¹⁸ *Ibidem*. p. 12.

¹⁹ AMADEI, Vicente de Abreu. Serviço de protesto de títulos deve ser extinto?. In: DIP, Ricardo Henry Marques (Org.). **Registros públicos e segurança jurídica**. 1. ed. Porto Alegre: Fabris, 1998. p. 118.

²⁰ “*The multi-door courthouse is an innovative institution that routes incoming court cases to the most appropriate methods of dispute resolution, which saves time and money for both the courts and the participants or litigants*”. HARVARD LAW SCHOOL. **What is the Multi-Door Courthouse Concept**, 2019. Disponível em: <<https://www.pon.harvard.edu/daily/international-negotiation-daily/a-discussion-with-frank-sander-about-the-multi-door-courthouse/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

²¹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A mediação e o notariado**. In: Jornal Valor Econômico. Publicação de 27.08.2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/noticia/2013/08/26/a-mediacao-e-o-notariado.ghml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Diante de tal percepção, o legislador, ao estruturar a recente Lei de Mediação²², reservou especial atenção ao papel que podem vir a cumprir as serventias extrajudiciais no tocante à implementação de métodos consensuais de solução de conflitos no Brasil, asseverando em seu art. 42 que

Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e **àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais**, desde que no âmbito de suas competências. (grifos nossos)

Não obstante a expressa previsão legal, tanto as normativas pertinentes à conciliação e à mediação, quanto aquelas relativas às serventias extrajudiciais, apresentam peculiaridades que incorrem em obstáculos para sua efetiva integração. Com isso em mente, passa-se agora a expor o atual sistema normativo sobre o qual se erigem os MASCs no Brasil, a chamada Justiça conciliativa.

1.2. O microsistema brasileiro da conciliação e da mediação

Da implementação dos Juizados Especiais Cíveis nos anos de 1995 às câmaras de mediação no âmbito da Administração Pública, os Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (“MASCs”) têm se mostrado vetores importantes de acesso à Justiça no Brasil. Marco deste movimento, a Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010, consolidou a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, estruturando as bases dos MASCs no seio da Justiça e, com menor ênfase, na esfera extrajudicial. Edificando o microsistema de métodos autocompositivos, em 2015, ainda foram promulgados a Lei de Mediação (Lei n. 13.140/2015, doravante “LM”) e o Novo Código de Processo Civil, notadamente “estruturado no sentido de estimular a autocomposição²³” - não à toa, no NCPC “o termo conciliação vem

²² BRASIL. **Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o §2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.

²³ DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo do Conhecimento**. 21. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 324.

referido nada menos do que 37 vezes; a referência à mediação, 39 vezes; a lembrança à arbitragem ocorre em 12 oportunidades²⁴”.

A propósito, coube ao próprio Código de Processo Civil, em seu artigo 165²⁵, instituir uma definição legal à conciliação e à mediação, atenuando divergências doutrinárias quanto às suas acepções no contexto jurídico brasileiro. Ao interpretar as disposições do Código, Fernanda Koeler Galvão e Mauricio Vasconcelos Galvão Filho²⁶ explicam que a conciliação é o MASC aplicável “nos casos em que não existir vínculo anterior entre as partes (em conflito), visando a que as partes se conciliem, com a vedação de utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação”, e a mediação, a seu turno, é recomendada aos “casos em que existir um vínculo anterior entre as partes, (...) de modo que as próprias partes possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprias, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos²⁷”.

Embora o presente trabalho não tenha o escopo de esmiuçar as tantas diferenças e semelhanças entre a conciliação e a mediação, faz-se necessário evocar rapidamente o conceito de tais institutos, ao longo do texto, a fim de contextualizar o local que pode vir a ocupar o Provimento CNJ n. 67 junto da Justiça conciliativa brasileira. Nesse sentido, importante perceber que a Resolução CNJ n. 125, ao lançar as bases do sistema brasileiro de soluções consensuais, reflete preocupações de três ordens²⁸, relativas respectivamente i. à eficiência do Judiciário; ii. ao acesso à Justiça; e iii. à criação de órgãos institucionalizados para as soluções de conflitos no âmbito do Judiciário. Três ordens essas que, na realidade, interconectam-se.

É certo que o fomento das vias conciliativas, em grande parte, é pensado primordialmente como forma de alívio à crise da Justiça²⁹, consoante ao que revelam os

²⁴ SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 321.

²⁵ Art. 165, §2º: § 2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. ; art. 165, §3º: § 3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

²⁶ GALVÃO, Fernanda Koeler; GALVÃO FILHO, Mauricio Vasconcelos. Da mediação e da conciliação na definição do novo Código de Processo Civil: artigo 165. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernando Medida; PELAJO, Samantha (Orgs.). **A Mediação no Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016. p. 73.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2019. p. 1.

²⁹ *Ibidem*. p. 2.

próprios considerando da Resolução CNJ n. 125. “Todavia, a Justiça conciliativa não atende apenas a reclamos de funcionalidade e eficiência do aparelho jurisdicional³⁰”. Como bem pontua o professor Kazuo Watanabe³¹:

(...) os meios consensuais de solução de conflitos não devem ser utilizados com o objetivo primordial de se solucionar a crise de morosidade da justiça, com a redução da quantidade de processos existentes no Judiciário, e sim como uma forma de dar às partes uma solução mais adequada e justa aos seus conflitos de interesses, propiciando-lhes uma forma mais ampla e correta de acesso à justiça.

Por outro lado, é inegável a interdependência entre a efetividade dos MASCs e a possibilidade de se desafogar o Judiciário. Afinal, “de nada adianta pressionar a celebração de acordos, retirando ações de conhecimento do Poder Judiciário, mas que posteriormente serão descumpridos e voltarão a ele em forma de ação de execução³²”. A efetividade dos métodos consensuais, portanto, é via de mão dupla, vez que concede adequado acesso à Justiça e, concomitantemente, evita que novas ações sejam propostas no Poder Judiciário.

Nessa esteira, para que se concretize o acesso à Justiça de forma efetiva é preciso “conceber meios de solução adaptados a determinados tipos de conflitos e à cultura dos envolvidos, já que, em essência, antes de alternativo, o meio de solução deve ser adequado e apropriado³³”. Mas para além de adequado e apropriado, frise-se, os meios devem ser integrados e coordenados. Como bem explicam Fabiana Spengler e Theobaldo Spengler Neto³⁴:

A relevância e a necessidade de organizar e uniformizar os serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos no país são fundamentais para evitar disparidades de orientação e práticas, bem como para assegurar a boa execução da política pública, respeitadas as especificidades de cada segmento da Justiça.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e meios consensuais de solução de conflitos. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; CRESPO, Mariana Hernandez (Orgs.). **Tribunal Multiportas**: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 89.

³² COELHO, Eleonora. Desenvolvimento da cultura dos métodos adequados de solução de conflitos: uma urgência para o Brasil. In: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (Coords.). **Arbitragem e Mediação**: A Reforma da Legislação Brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 95.

³³ LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. Sistema Multiportas: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. In: _____; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coords.). **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2019. p. 44.

³⁴ SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 128.

Assim sendo, ao avaliar e apresentar a Justiça conciliativa brasileira, para fins de análise da efetividade da conciliação e da mediação, este trabalho entende, pois, que dois aspectos devem ser observados: um de caráter micro, e outro de caráter macro. No tocante ao aspecto micro, cumpre verificar quais fatores interferem na qualidade da sessão em si – isto é, se o objeto do conflito levado às sessões é, de fato, melhor resolvido pela conciliação ou mediação, se os conciliadores ou mediadores atendem aos requisitos elencados pela lei e pela melhor Doutrina, se o espaço físico mostra-se adequado, etc. O aspecto macro, a seu turno, diz respeito à coordenação dos MASCs pelo Poder Judiciário, o que pode ser extraído, da própria organização da Justiça. É certo que ambos os aspectos são, em verdade, “duas faces da mesma moeda”. Ainda assim, para fins de melhor visualização do problema, o presente trabalho optou por referida divisão didática baseada nas percepções dos tantos pensadores do Direito expostos ao decorrer do texto.

1.2.1. Aspecto micro

A configuração de um MASC como adequado, ou não, a um determinado conflito perpassa diferentes variáveis e encontra limitações em suas próprias conceituações doutrinária e legal. É fato notório que, enquanto MASCs, a conciliação e a mediação, *a priori*, não se confundem. A título de exemplo, discorrendo particularmente sobre a mediação, Petrônio Calmon³⁵ leciona que:

Mediação é uma atividade eminentemente privada, alheia ao poder público e distante do Poder Judiciário. Não tem por escopo evitar processos judiciais nem contribuir para a deflação processual. (...) A conciliação é própria do Poder Judiciário e da arbitragem, sendo, portanto, etapa imprescindível a esses mecanismos. Já a mediação é, por sua essência, atividade alheia e externa à heterocomposição, seja esse meio praticado pela arbitragem ou pela Justiça Estatal.

Com pensamento diverso, Humberto Dalla Bernardina Pinho³⁶ entende que

(...) a mediação é uma das formas de resolução de conflitos que pode ocorrer no âmbito privado, quando as partes optam por mediar por sua própria iniciativa mediante serviços privados, mas também intrajudicial, podendo ser

³⁵ CALMON, Petrônio. Introdução. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 11.

³⁶ PINHO, Humberto Dalla Bernardina. Mediação obrigatória: um oxímoro jurídico e mero placebo para a crise do acesso à Justiça. In: ALMEIDA, Diogo de Assumpção Rezende et. al. **Arbitragem e Mediação: temas controvertidos**. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 2014. p. 336

realizada no início, durante o processo ou na fase de execução, por indicação do órgão jurisdicional ou ainda pela vontade das partes.

A despeito das tantas controvérsias doutrinárias, fato é que conectadas às cortes ou não, a conciliação e a mediação assemelham-se no sentido de que ambas se revelam

(...) instrumentos de solução de controvérsias cujo fim é o mesmo: pôr termo a um litígio, via de regra, instrumentalizado por um contrato, acordo. A diferença fundamental estaria na forma de participação do terceiro em cada um desses métodos³⁷.

Do excerto acima, extrai-se, pois, o papel central que exercem os conciliadores e mediadores na desenvoltura de tais métodos, incumbindo-lhes, assim, atuar em estreita consonância aos princípios atinentes à matéria. Embora distintos, tratando o presente trabalho tanto sobre a conciliação quanto a mediação, aqui serão revelados e enfatizados aqueles princípios, requisitos e demais questões que sejam, *prima facie*, comuns a ambos os métodos.

Há de se considerar ainda, que há fatores externos às normas legais que também influenciam na qualidade das sessões de conciliação e mediação, tais como a tendência de uma sociedade em judicializar, ou não, seus conflitos. No presente tópico, porém, serão consideradas, aquelas questões expressas no texto das normas que compõem o minissistema brasileiro de Justiça conciliativa: o CPC, a Lei de Mediação e a Resolução CNJ n. 125/2010, sempre tendo em vista a oportuna comparação dos conciliadores e mediadores com os notários e oficiais de registros.

1.2.1.1. Princípios

Ao discorrer sobre a matéria, o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 166, revela que “a conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada”. Resguardado aquilo que não se aplica à conciliação, a Lei de Mediação, em seu art. 2º, concomitantemente ao CPC, afirma os mesmos princípios.

³⁷ GUERRERO, Luis Fernando. Conciliação e mediação: Novo CPC e leis específicas. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, RT, v. 41, p. 19 e ss., abr. 2014.

Os princípios elencados reiteram a importância que têm os conciliadores e mediadores como terceiros imparciais a auxiliarem as partes, ao passo que explicitam as tantas diferenças que existem entre tais métodos e o processo judicial.

No tocante aos conciliadores e mediadores, a independência é princípio segundo o qual “o mediador e o conciliador devem se manter distantes das partes, sem se envolver com qualquer dos contendores³⁸”. A imparcialidade, por sua vez, visa a proibir qualquer interesse ou vínculo especial desses profissionais com as partes.

Somando-se a tais princípios, a confidencialidade impõe-se como característica ímpar da conciliação e mediação. Diferente do processo judicial que, em regra, dá-se em portas abertas, esses MASCs encontram na confidencialidade uma de suas razões de ser. A confidencialidade impõe a todos que tenham participado do procedimento um dever de não revelar as informações disponibilizadas durante as sessões.

A observação de tal dever, frise-se, não se limita aos contendores ou aos seus advogados. Ela abarca os conciliadores, os mediadores, e todos os terceiros que, direta ou indiretamente, tenham tomado ciência das questões levantadas durante o procedimento. Não à toa, o art. 30, §1º, LM dispõe que

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

- I - declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;
- II - reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;
- III - manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;
- IV - documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

Complementar à confidencialidade, o princípio da oralidade pressupõe que os procedimentos de conciliação e mediação se deem por vias orais. Isto é, tais métodos não se valem de registros ou gravações daquilo alvo de discussão durante as sessões. A oralidade dá o tom a esses MASCs, desburocratizando os procedimentos, ao passo que reafirma o princípio da confidencialidade.

Contudo, não há de se falar em proibição a outros meios que não o oral. Como assertivamente dispõem Fernando Gama de Miranda Netto e Irineu Carvalho de Oliveira

³⁸ SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020. p. 289.

Soares³⁹, “a prioridade na oralidade não pode, entretanto, afastar o processo do contexto em que é realizado, e não pode ignorar as necessidades das pessoas envolvidas nele, como é o caso dos indivíduos portadores de deficiência na audição e/ou na fala que precisam de intérpretes de Libras”.

O princípio da decisão informada, a seu turno, “estabelece como condição de legitimidade para a autocomposição a plena consciência das partes quanto aos seus direitos e a realidade fática na qual se encontram⁴⁰”. A autonomia da vontade das partes, por fim, é princípio segundo o qual os contendores têm o poder “de definir todos os pontos a serem tratados no processo, desde o seu início até o final. Esse princípio afasta qualquer tentativa arbitrária de o mediador forçar o desenvolvimento do processo e a tomada de decisão das partes em qualquer nível⁴¹”.

1.2.1.2. Conciliadores e mediadores

Para além das distinções no modo de agir dos mediadores e conciliadores em virtude das peculiaridades que exige cada um desses MASCs, o legislador, assim como o CNJ, ao regulamentar a matéria, optaram por impor requisitos diferentes a serem observados conforme a mediação, ou a conciliação, desenvolve-se no âmbito judicial ou extrajudicial.

Tal como se extrai do Código de Processo Civil, sendo a conciliação ou a mediação judiciais, os profissionais envolvidos são auxiliares da justiça, aplicando-lhes, pois, “as regras relativas a este tipo de sujeito processual⁴²”. Para além disso, nos termos do art. 11 da LM⁴³,

³⁹ MIRANDA NETTO, Fernando Gama; SOARES, Irineu Carvalho de Oliveira. Princípios procedimentais da mediação no novo Código de Processo Civil. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernando Medida; PELAJO, Samantha (Orgs.). **A Mediação no Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016. p. 113.

⁴⁰ FRANCO, Ricardo César; KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. Entre a lei e a voluntariedade: o modelo institucional de resolução extrajudicial de conflitos em defensorias públicas. **Revista da Defensoria Pública**, a. 5, v. 1, p. 81-101, 2012. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2954>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁴¹ MIRANDA NETTO, Fernando Gama; SOARES, Irineu Carvalho de Oliveira. Princípios procedimentais da mediação no novo Código de Processo Civil. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernando Medida; PELAJO, Samantha (Orgs.). **A Mediação no Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016. p. 113.

⁴² DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo do Conhecimento**. 21. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 326.

⁴³ Embora a Lei de Mediação destine-se, *a priori*, a disciplinar este tipo de método consensual, a Doutrina majoritária entende por sua aplicação subsidiária no que diz respeito à conciliação - inclusive os requisitos para atuar judicial ou extrajudicialmente como conciliador. Como bem pontua Luiz Antonio Scavone Junior: “O conciliador pode ser judicial, atuando como auxiliar da justiça nas audiências de conciliação (CPC, art. 334), nos termos dos arts. 165 a 175 do CPC, ou extrajudicial, sem que haja, nessa hipótese, lei específica para regular o procedimento ou requisitos para sua atuação. Nas duas formas de atuação aplicar-se-ão, por extensão, as regras da Lei 13.140/2015”. SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**.

deverão ser graduados há, no mínimo, dois anos, e ter sido aprovados em curso de capacitação para conciliadores/mediadores em entidade reconhecida pelo CNJ ou pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça. Frise-se, ainda, que a LM não dispôs sobre a necessidade de que os profissionais sejam formados em Direito para estarem aptos a atuar nos MASCs - questão controvertida na Doutrina⁴⁴. Por outro lado, sendo judicial, a presença de um advogado é obrigatória.

O mediador e o conciliador extrajudiciais, a seu turno, submetem-se a menos requisitos. Conforme dispõe o art. 9º da LM, “poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho (...)”. A mediação extrajudicial “pode ser subdividida em mediação institucional (organizada por centros ou associações de mediação) ou independente⁴⁵”, quando guiada por profissionais desvinculados de câmaras privadas ou outro tipo de instituição.

A letra seca do art. 9º da Lei 13.140/2015 não define o que é ser “capacitada para fazer mediação”, delegando à Doutrina preencher esta lacuna legal. Nesse sentido, o enunciado 47 da I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos do Conselho da Justiça Federal⁴⁶ (“CJF”), ao tratar sobre a matéria, dispõe que

a menção à capacitação do mediador extrajudicial, prevista no art. 9.º da Lei n. 13.140/2015, indica que ele deve ter experiência, vocação, confiança dos envolvidos e aptidão para mediar, bem como conhecimento dos fundamentos da mediação, não bastando formação em outras áreas do saber que guardem relação com o mérito do conflito.

Coadunando-se ao enunciado da CJF, Fernanda Tartuce⁴⁷ entende que tal lacuna deixada propositalmente pelo legislador é salutar, vez que muitos mediadores atuantes em câmaras privadas desempenham habilmente a função há tempos, mas não contam com a formação oficial instruída pelo CNJ. Ainda assim, algumas ressalvas devem ser feitas.

Ao regulamentar o funcionamento das câmaras privadas de mediação e conciliação, a Resolução n. 125, por meio de seu art. 12-C, exige que as câmaras, assim como seus

10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020. p. 292.

⁴⁴ Sobre o tema, Luiz Antonio Scavone entende que “É preciso observar que o “princípio da decisão informada” estabelece como condição de legitimidade da autocomposição por meio da conciliação a absoluta consciência e conhecimento das partes quanto aos seus direitos e quanto aos fatos estabelecidos pelo conflito, o que somente pode ser atingido, na minha opinião, se o conciliador tiver formação jurídica, notadamente em razão da necessidade de o conciliador sugerir solução juridicamente possível.”. *Ibidem*. p. 293.

⁴⁵ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. p. 313.

⁴⁶ I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. **Conselho da Justiça Federal**. Disponível em: <[Consulta de Enunciados \(cjf.jus.br\)](http://Consulta.de.Enunciados(cjf.jus.br))>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁴⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. p. 313.

mediadores e conciliadores, estejam cadastrados no Tribunal a que estão adstritos ou no Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores quando da realização de sessões incidentes a processos judiciais. Ainda conforme a Resolução, tal cadastro é dispensável quando se tratar de mediação/conciliação pré-processual. Em outras palavras, ainda que mediador/conciliador extrajudicial, ao conduzir sessões cujo conflito já esteja na esfera judicial, os profissionais sujeitam-se aos requisitos do art. 167, CPC.

1.2.2. Aspecto macro

Como abordado alhures, a efetivação e a integração dos MASCs ao sistema brasileiro de solução de conflitos prescindem de sua coordenação por parte do Poder Judiciário. Ainda em 2010, analisando o desenho concedido aos MASCs pela Resolução n. 125, Kazuo Watanabe⁴⁸ alertava que

(...) para que os meios alternativos de resolução de controvérsias, em especial dos meios consensuais – mediação e conciliação – sejam corretamente utilizados e constituam efetivamente um modo de assegurar aos jurisdicionados um verdadeiro e adequado acesso à Justiça e à Ordem Jurídica justa, há a necessidade de estabelecimento de uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses, que dê um mínimo de organicidade, qualidade e controle à sua prática.

Segundo Watanabe, o “controle Judiciário, ainda que indireto e à distância, dos serviços extrajudiciais de mediação/conciliação⁴⁹” mostra-se um dos requisitos indispensáveis ao sucesso da implementação dos MASCs no Brasil. Nessa direção, a Resolução n. 125 fez por reafirmar o papel do CNJ como coordenador e certificador da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse, conferindo aos Tribunais a obrigação de instituir os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs, art. 7º) e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs, arts. 8º e ss), órgãos indispensáveis à efetivação dos MASCs no Brasil - como será agora exposto.

⁴⁸ WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesse**. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/Nucleo/ParecerDesKazuoWatanabe.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁴⁹ *Ibidem*.

1.2.2.1. Conselho Nacional de Justiça

Enquanto política pública, a persecução dos MASCs é temática que não se exaure na análise da atuação de poucos atores. O estudo das vias para se resolver um conflito e, assim, aliviar o Poder Judiciário, perpassa diversos campos do conhecimento e, portanto, relaciona-se aos diferentes tomadores de decisão presentes na sociedade. A título de exemplo, a criação da, hoje extinta, Secretaria de Reforma do Judiciário, por intermédio do Decreto nº 4.685/2003⁵⁰, já alertava sobre a indispensabilidade “da articulação com os demais órgãos federais, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, dos Governos estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil” para a efetiva modernização da estrutura judiciária brasileira.

Ainda assim, a despeito dos esforços empreendidos tanto pelo Executivo quanto Legislativo, é indiscutível a predominância da atuação do Poder Judiciário quando da implementação de reformas em sua própria estrutura. Nesse ínterim, considerando a organização e os atributos dos diferentes órgãos que compõem a Justiça brasileira, cabe ao Conselho Nacional de Justiça o papel de destaque no que diz respeito às ações de reorganização da Justiça país afora - característica que se relaciona diretamente com a participação das serventias extrajudiciais nas tentativas de se redesenhar o Poder Judiciário.

Institucionalizado em 2004 por meio da Emenda Constitucional n. 45, tida como a emenda da “Reforma do Judiciário”, o CNJ qualifica-se como “instituição eminentemente administrativa⁵¹” que, entretanto, detém poder para expedir atos normativos nos limites de sua competência, sejam eles atos regulamentares, sejam eles recomendações. Apesar das tantas controvérsias relativas às competências atribuídas ao Conselho, fato é que seus provimentos, recomendações e portarias têm fomentado os MASCs no plano fático.

Nesse sentido, a atuação do CNJ mostra-se ainda mais relevante para o presente trabalho, vez que, cumpre ao Conselho, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça (“CGNJ”), a palavra final no tocante à atuação das serventias extrajudiciais.

Como se extrai do art. 103-B, §4º, III, da Constituição Federal:

⁵⁰BRASIL. Decreto n. 4.685 de 29 de abril de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 mar. 2003. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4685&ano=2003&ato=c19oXTq1EeRpWT024>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

⁵¹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 3.367/DF**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363371>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (...)

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, **inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados**, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; (grifos nossos).

Neste seguimento, cabe ainda notar que o Regimento Interno do CNJ⁵², à luz de seu art. 8º, “X”, afirma ser de competência do Corregedor Nacional de Justiça a expedição de recomendações, provimentos e instruções destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos serviços notariais e de registro. Por meio deste referido poder regulamentar, a título de exemplo, o CNJ regulamentou a desjudicialização do registro tardio de nascimento⁵³, do reconhecimento de paternidade⁵⁴, da alteração do registro de nome social de pessoas transgêneras⁵⁵ e da recente possibilidade de mediar as negociações entre credores e devedores no âmbito dos tabelionatos de Protesto⁵⁶.

Apesar das aparentes benesses que tais normas possam vir a trazer, há de se frisar, contudo, que o poder regulamentar do CNJ não é ilimitado. Assim sendo, compreender seus limites é imprescindível para se compreender, pois, os limites do próprio Provimento CNJ n. 67/2018.

⁵² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 67 de 03 de março de 2009**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/124>>. Acesso em: 07 out. 2020.

⁵³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 28 de 05 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1730>>. Acesso em: 07 out. 2020.

⁵⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 16 de 17 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1299>>. Acesso em: 07 out. 2020.

⁵⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 73 de 28 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 07 out. 2020.

⁵⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 72 de 27 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2621>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

Ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade 12 - MC/DF⁵⁷, o Supremo Tribunal Federal entendeu que as resoluções do CNJ se revestem de

generalidade (os dispositivos dela constantes veiculam normas proibitivas de ações administrativas de logo padronizadas), **impessoalidade** (ausência de indicação nominal ou patronímica de quem quer que seja) e **abstratividade** (trata-se de modelo normativo com âmbito temporal de vigência em aberto, pois claramente vocacionado para renovar de forma contínua o liame que prende suas hipóteses de incidência aos respectivos mandamentos). (grifos nossos)

Nas palavras do Min. Relator. Carlos Britto, as resoluções são dotadas ainda de “caráter normativo primário, dado que arrancam diretamente do §4º do art. 103-B da Carta-cidadã e tem como finalidade debulhar os próprios conteúdos lógicos dos princípios constitucionais de centrada regência de toda a atividade administrativa do Estado⁵⁸”.

Todavia, como explicam Lenio Luiz Streck, Ingo Wolfgang Sarlet e Clemerson Merlin Cleve, devem-se fazer ressalvas quanto à caracterização da competência normativa do Conselho enquanto primária. Afinal, “uma resolução não pode estar na mesma hierarquia de uma lei, pela simples razão de que a lei emana do Poder Legislativo, essência da democracia representativa, enquanto os atos regulamentares ficam restritos a matérias com menor amplitude normativa⁵⁹”. Neste seguimento, é possível vislumbrar duas limitações ao poder regulamentar do CNJ: “i. somente a própria Constituição ou Estatuto da Magistratura podem criar novas atribuições ao Conselho; ii. é vedado ao Conselho por seu poder meramente regulamentar inovar seu rol de atribuições⁶⁰”.

No plano fático, a definição de seu poder regulamentar encontra-se frequentemente em uma zona cinzenta. Longe de ser conceito unívoco, o limite da atuação do poder normativo do Conselho Nacional de Justiça não raramente é objeto de ações no STF. Ainda assim, para fins da avaliação sobre a adoção do Provimento n. 67 a que se destina este trabalho, o poder

⁵⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **MC em ADI 12-6/DF**. Relator: Ministro Carlos Britto. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=372910>>. Acesso: 07 nov. 2020.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ CLEVE, Clemerson Merlin; SARLET; Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Os limites constitucionais das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, 21 nov. 2005. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/18408/os-limites-constitucionais-das-resulocoes-do-conselho-nacional-de-justica-cnj-e-conselho-nacional-do-ministerio-publico-cnmp>>. Acesso: 07 nov. 2020.

⁶⁰ PANSIERI, Flávio. Conselho Nacional de Justiça. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Álvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coords.). **Direito Administrativo e Constitucional**. NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; ZOCKUN, Mauricio; ZOCKUN, Carolina Zancaner. (Coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/52/edicao-1/conselho-nacional-de-justica#:~:text=Assim%2C%20note%2Dse%20que%20o,est%C3%A1%20sujeito%20\(ADI%203367\).>](https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/52/edicao-1/conselho-nacional-de-justica#:~:text=Assim%2C%20note%2Dse%20que%20o,est%C3%A1%20sujeito%20(ADI%203367).>)>. Acesso: 10 out. 2020.

regulamentar do CNJ será interpretado estritamente como norma administrativa e, logo, como hierarquicamente inferior às leis.

1.2.2.2. Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Como se extrai da Resolução n. 125, os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos são órgãos colegiados, vinculados à presidência dos Tribunais de Justiça, que têm como objetivo propor e auxiliar a implementação e o funcionamento de práticas autocompositivas nos limites da competência dos Tribunais. Como bem conceitua Nathalia Mazzonetto⁶¹:

Os ‘núcleos’, órgãos administrativos dos tribunais com a função de supervisão das atividades relacionadas aos métodos consensuais de solução de conflitos, são, na concepção que inspirou a Res. 125, a fonte da qual irradiam as diretrizes e as políticas locais para o tratamento da demanda, observada sempre a política nacional, calcada, em última análise, na garantia de acesso à Justiça.

De tal sorte, também são funções do NUPEMECs:

(...) realizar gestão nas empresas e nas agências reguladoras de serviços públicos, com vistas à modificação da política interna, incentivando práticas autocompositivas; instalar e fiscalizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs); **promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores em métodos consensuais de solução de conflitos; criar e manter cadastro de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, regulamentando o processo de inscrição e de desligamento; fixar a remuneração de conciliadores e de mediadores, nos termos da legislação específica**⁶² (grifos nossos)

Tais funções fazem dos NUPEMECs os órgãos responsáveis por dialogar com demais instituições a fim de efetivar a política judiciária proposta pela Resolução n. 125. É por intermédio dos NUPEMECs, por exemplo, que são fechadas parcerias com universidades, com o Poder Executivo, com o Ministério Público, dentre tantos outros atores públicos e privados – fator, portanto, que guarda relação direta com o desenvolvimento dos serviços de conciliação e mediação no âmbito extrajudicial.

⁶¹ MAZZONETTO, Nathalia. A escolha da mediação e do mediador nas disputas de propriedade intelectual: *to be or not to be an expert?*. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, RT, v. 42, p. 279 e ss., jul. 2014.

⁶² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Política Judiciária Nacional, NUPEMECs e CEJUSCs**, 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/perguntas-frequentes-7/politica-judiciaria-nacional-nupemecs-e-cejuscs/>>. Acesso em: 16 nove. 2020.

1.2.2.3. Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Os CEJUSCs, a seu turno, “são a unidade básica de justiça consensual junto aos fóruns, responsáveis por realizar as sessões de conciliação e mediação dos juízos por ela atendidos – e, agora com o NCPC, as mediações judiciais pré-processuais e processuais⁶³”.

Como bem se infere do site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro⁶⁴:

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC’s são unidades judiciais de primeira instância, preferencialmente responsáveis pela realização e gestão das sessões de conciliação e mediação pré-processuais e judiciais, bem como pelo atendimento ao cidadão que busque orientação sobre suas causas.

A efetiva integração da conciliação e da mediação ao sistema judiciário brasileiro sujeita-se a inúmeras variáveis⁶⁵. Não obstante, é inegável o papel central que esses órgãos têm cumprido como promotores da Justiça conciliativa. Em franca expansão, o número de CEJUSCs instalados na Justiça Estadual saltou de 362, em 2014, para 1284, em 2019⁶⁶, confirmando os esforços pela implementação dos MASCs no Brasil.

Esforços estes que têm logrado êxito. Apesar das críticas, ainda que fundadas, sobre o custo-benefício da mediação e conciliação como acesso à Justiça, fato é que o Judiciário brasileiro tem experimentado um crescimento – ainda que lento – na utilização de métodos consensuais de soluções de conflitos. Entre 2016 e 2019, houve um aumento de 5,6% no número de sentenças homologatórias de acordos⁶⁷ nas cortes nacionais. Apenas em 2019,

⁶³ LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2019. p. 3.

⁶⁴ TJRJ. **CEJUSC**, 2020. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/mediacao/cejusc#:~:text=Os%20Centros%20Judici%C3%A1rios%20de%20Solu%C3%A7%C3%A3o,busque%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20suas%20causas%20C>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

⁶⁵ Sobre o tema, o professor Kazuo Watanabe avalia que “O grande obstáculo, no Brasil, à utilização mais intensa da conciliação, da mediação e de outros meios alternativos de resolução de conflitos, está na formação acadêmica dos nossos operadores de Direito, que é voltada, fundamentalmente, para a solução contenciosa e adjudicada dos conflitos de interesse”. Sobre o tema, ver: WATANABE, Kazuo. A Mentalidade e os Meios Alternativos de Solução de Conflitos no Brasil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; _____ (Coords.). **Mediação e gerenciamento do processo**: Revolução na Prestação Jurisdicional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 6.

⁶⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2019**. Brasília, 2019. p. 89. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

⁶⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números: 3,9 milhões de acordos homologados em 2019**, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros-39-milhoes-de-acordos-homologados-em-2019/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

foram proferidas 3,9 milhões de sentenças homologatórias, o que representa 12,5% de todos os processos solucionados naquele ano⁶⁸, e um aumento de 6,3% na utilização dos MASCs em relação a 2018.

Apesar dos aparentes avanços, nota-se uma clara ênfase na utilização da conciliação e da mediação judiciais em detrimento daquelas extrajudiciais. Passados 10 anos da Resolução n. 125 e 5 anos da Lei de Mediação, a utilização das vias extrajudiciais segue em um segundo plano quando o assunto é solução de conflitos. A título de exemplo, em 2019, das 40 Câmaras Privadas inscritas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apenas 6 delas realizaram mediações extrajudiciais, totalizando 30 mediações extrajudiciais em todo o território paulista⁶⁹.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ TJSP. **Estatística** - Câmaras Privadas. jan./dez., 2019. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/EstatisticaCamarasPrivadas_2019.pdf?d=1604325002987>. Acesso em: 28 out. 2020.

2. Entre o judicial e o extrajudicial: os serviços de notas e registros

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar as nuances das atividades notariais e registrais de modo a evidenciar as vantagens e os limites dessas instituições quando do redesenho da Justiça brasileira - sobretudo no que diz respeito à atuação de seus titulares (sejam registradores, sejam notários) como conciliadores e mediadores. Assim sendo, em um primeiro momento, serão introduzidas as principais características dos cartórios para, então, elucidar-se sobre a compatibilidade de suas atividades com os serviços de conciliação e mediação. Ao fim, serão trazidos exemplos internacionais da atuação de notários como mediadores de modo a salientar os tantos modos possíveis de se valer desses profissionais no fomento aos MASCs.

2.1. As serventias extrajudiciais

As serventias extrajudiciais, popularmente conhecidas como “cartórios”, estão presentes em todos os 5.570 municípios do Brasil. Figurando dentre as entidades tidas como mais confiáveis do país⁷⁰, os 13.627⁷¹ cartórios brasileiros são as únicas instituições a cobrir 100% do território nacional. Entre o judicial e o extrajudicial, as serventias apresentam peculiaridades que as diferem da grade maioria dos demais serviços prestados por particulares no país. Tais características têm feito dos serviços de notas e registros alvo constante das políticas públicas de desjudicialização – sendo a conciliação e a mediação apenas uma face deste movimento. Assim sendo, cumpre esmiuçar as peculiaridades de tais atividades a fim de compreender os limites e o alcance do Provimento n. 67.

2.1.1. Dos notários e registradores

“Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro (Art.

⁷⁰ POPULAÇÃO dá nota à confiabilidade das instituições. **ANOREG/BR**, 2009. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/salas-tematicas/pesquisa-datafolha/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

⁷¹ CARTÓRIO em Números: Capilaridade, Serviços Eletrônicos, Cidadania e Confiança. **ANOREG/BR**, 2020. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Cart%C3%B3rio-em-n%C3%BAmoros-1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

3º, Lei 9.835/94)⁷²”. De tal sorte, cumpre observar, logo de início, que serviços de notas e registros não se confundem. Apesar da interconexão existente entre eles, a correta definição das atividades guarda estreita relação com as possibilidades dos titulares em exercer métodos consensuais de resolução de conflitos em suas serventias, como será explanado oportunamente. Por ora, cabe aqui breve explicação sobre cada um desses profissionais.

O notário “é o jurista do cotidiano da pessoa comum, responsável pela aplicação e aperfeiçoamento do direito privado - é o conselheiro imparcial dos particulares na realização dos atos e negócios mais importantes nas esferas patrimonial e pessoal⁷³”. À luz do artigo 5º da Lei dos Cartórios (Lei 8.935/94), são notários os tabeliães de notas, os tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos e os tabeliães de protesto.

O registrador, a seu turno, “é o agente de um órgão ou instituição pensada e criada para tornar cognoscível de todos os membros da comunidade determinados fatos e situações jurídicas de especial relevância⁷⁴”. São registradores os oficiais de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas e os oficiais de registro civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas.

A despeito das diferenças, a importância de tais profissionais assenta-se sobre características comuns: i. ser profissional do Direito; ii. dotado de fé pública. Enquanto profissionais do Direito, os notários e registradores no Brasil “exercem o papel de i. consultor jurídico; ii. polícia jurídica; e iii. redator qualificado⁷⁵”. Enquanto consultores jurídicos, os delegatários devem assessorar as partes de forma imparcial a fim traduzir suas vontades em reais possibilidades jurídicas. Como polícia jurídica, os notários e registradores têm o condão de prevenir litígios de modo a buscar a pacificação social. Por fim, cumprindo o papel de redator qualificado, os titulares das serventias extrajudiciais devem “revestir de forma jurídica e adequada a vontade das partes⁷⁶”.

A qualificação de tais profissionais como profissionais do Direito mostra-se de extrema relevância, vez que, ao ingressarem na carreira mediante concurso público de provas e títulos, os delegatários devem estar munidos de amplo conhecimento jurídico a fim de empenharem

⁷² BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁷³ LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos: teoria e prática**. 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 48.

⁷⁴ *Ibidem*. P. 49.

⁷⁵ EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada**. 4. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 28.

⁷⁶ *Ibidem*. p. 29.

seu papel de pacificador social com eficácia. Como bem pontua o magistrado Swarai Cervone de Oliveira⁷⁷:

O futuro da atividade notarial entrelaça-se ao aprimoramento da garantia da eficácia da lei, da segurança jurídica e, no que respeita mais de perto ao Judiciário, à **prevenção de litígios. O desafogamento do Judiciário é uma consequência natural dessa prevenção.** Por essa razão, a contribuição mais importante da atividade notarial é, de fato, a audiência das partes, seu aconselhamento jurídico e a correta qualificação de suas manifestações de vontade. (grifos nossos)

Nessa perspectiva, é imperioso salientar que os objetivos das funções cartorárias em dotar determinados atos e fatos jurídicos de autenticidade, eficácia, publicidade e, sobretudo, segurança jurídica, só se mostram possíveis devido a uma segunda característica inerente às atividades notariais e registrais: a fé pública. Conforme pontua Walter Ceneviva⁷⁸:

A fé pública afirma a certeza e a verdade dos assentamentos que o Tabelião e o Oficial de Registro pratiquem e das certidões que expeçam nessa condição. A fé pública: 1. corresponde à especial confiança atribuída por lei ao que o delegado (tabelião ou oficial) declare ou faça, no exercício da função, com presunção de verdade; 2. afirma a eficácia de negócio jurídico ajustado com base no declarado ou praticado pelo registrador e pelo tabelião.

Com a fé pública, o notário/registrador reveste de veracidade um documento, tornando-o título executivo extrajudicial, assim como o fazem as câmaras privadas de mediação e conciliação.

2.1.2. Da natureza jurídica dos serviços de notas e registros

A definição dos serviços de notas e registros enquanto serviço público, ou não, mostra-se imprescindível para a inclusão destas na formulação de políticas públicas de implementação de métodos adequados de resolução de conflitos. Afinal, mesmo que exercidos por particulares, os serviços de titularidade do Estado “integram a esfera jurídica público-estatal,

⁷⁷ OLIVEIRA, Swarai Cervone. CNB/SP traz Swarai Cervone de Oliveira para Ciclo de Estudos de Direito Notarial. **Jornal do Notário**, São Paulo, nº 164, p. 15, nov./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.cnbsp.org.br/arquivos/Jornal/CNB%20SP%20164.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

⁷⁸ CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e dos Registradores comentada**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 48.

não a esfera da livre iniciativa privada, estando, consequentemente, sujeitos ao planejamento determinante do Estado”⁷⁹.

Nesse sentido, a despeito das diversas controvérsias doutrinárias, o Supremo Tribunal tem reiteradamente confirmado o entendimento de que as atividades de notas e registros são serviços públicos, resguardadas as tantas singularidades que carregam.

Em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o Ministro Relator Ayres Britto, na ADI 2.415⁸⁰, leciona:

Regime jurídico dos servidores notariais e de registro. Trata-se de atividades jurídicas que são próprias do Estado, porém exercidas por particulares mediante **delegação**. Exercidas ou traspassadas, mas não por conduto da concessão ou da permissão (...). A delegação que lhes timbra a funcionalidade não se traduz, por nenhuma forma, em cláusulas contratuais. (...) As serventias extrajudiciais se compõem de um **feixe de competências públicas**, embora exercidas em regime de delegação a **pessoa privada**. Competências que fazem de tais serventias uma instância de formalização de atos de criação, preservação, modificação, transformação e extinção de direitos e obrigações

Na mesma direção, o Ministro Eros Grau⁸¹ entende que “os serviços de registros públicos, cartorários e notariais são exercidos em caráter privado por delegação do poder público – serviço público não privativo”. Assim sendo, as serventias sujeitam-se a ao regime de Direito Público, não obstante sua gestão assemelhe-se à gestão de entes da iniciativa privada. Consoante a tal assertiva, o Ministro Ricardo Lewandowski no julgamento da ADI 1.800⁸², de sua relatoria, profere:

A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros, embora seja **análoga à atividade empresarial**, sujeita-se a um **regime de direito público**.

Conquanto as atividades de notas e registros sejam consideradas serviço público, o titular das serventias extrajudiciais não são titulares de cargo público efetivo⁸³. Assim sendo, não gozam, por exemplo, das peculiaridades do regime de previdência próprio dos servidores.

⁷⁹ ARAGÃO, Alexandre dos Santos. **Direito dos serviços públicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 325.

⁸⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.415/SP**. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1718027>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁸¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.602-0/MG**. Relator: Ministro Eros Grau. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266859>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁸² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 1.800/SC**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=2079>>. Acesso em: 06 out. 2020.

⁸³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.602-0/MG**. Relator: Ministro Eros Grau. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266859>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Da mesma forma, todos os prepostos e auxiliares contratados pelos titulares submetem-se, atualmente, ao regime celetista, e não estatutário⁸⁴.

Assim, nas palavras do magistrado José Renato Nalini⁸⁵, as serventias extrajudiciais são, pois, “proposta inovadora e sabia, porque a Administração Pública se isenta de qualquer compromisso direto em relação ao êxito da delegação”. Ou seja, sob a responsabilidade de particulares em colaboração com a Administração Pública, os serviços de notas e registros seguem na órbita de controle do Estado ao passo que os riscos e gestão da atividade são transferidos a terceiros.

2.1.3. Da gestão das serventias extrajudiciais

À luz do artigo 1º da Lei dos Notários e Registradores (Lei nº 8.935/94), os “serviços notariais e de registro são de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade e eficácia dos atos jurídicos”. Conforme leciona Walter Ceneviva⁸⁶, “a organização privada, técnica e administrativa vincula os serviços notariais e de registro a preceitos colhidos na Economia, (...) como o *taylorismo*, relativos ao desenvolvimento ordenado e científico do trabalho”.

Nesse sentido, não raramente a gestão das serventias extrajudiciais é tida como “empresarial”. Afinal, a própria lei dos cartórios (Lei 8.935/94), em seu artigo 21, explicita que o gerenciamento administrativo e financeiro das serventias é de responsabilidade

⁸⁴ Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

⁸⁵ NALINI, José Renato. A mais inteligente estratégia do Poder Constituinte de 1988. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 85, p. 285, jul./dez., 2018.

⁸⁶ CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e dos Registradores comentada**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 41.

Segundo o professor Walter Ceneviva, “O taylorismo compreende três princípios essenciais, que se desdobram em subprincípios, dos quais aqui se faz o resumo do essencial, no que for aplicável aos serviços notariais e de registro. Princípio do método — Em cada serventia, apesar da semelhança de muitas das atividades que lhes são atribuídas, cabe ao titular o estudo sistemático de cada um dos segmentos destinados ao cumprimento de suas finalidades legais. O estudo tem o escopo de obter deles o melhor rendimento, de modo a satisfazer os requisitos de eficácia e de adequação de cada um de tais segmentos, estabelecendo normas de trabalho válidas para todos os escreventes e auxiliares. Princípio da técnica — Embora haja, na atividade de cada escrevente ou auxiliar, um elemento intelectual de avaliação do ato a ser praticado, o bom andamento do trabalho, no notariado e no registro, decorre da criação de treinamentos e rotinas, explicitados em instruções claras, através dos quais cada setor saiba precisamente o que deve fazer, quando fazer e como fazer, de modo a habilitar, mesmo os menos dotados, à realização segura e pronta da tarefa que lhes competir. A especialização — um dos produtos mais evidentes do taylorismo — é necessária nos serviços notariais e de registro. Princípio da definição das tarefas — Cada escrevente e cada auxiliar deve saber o trabalho que lhe é atribuído, ainda que compreenda mais de uma atividade específica, de modo a facilitar a execução, com maior qualidade e em menor tempo. A adequada política salarial pode constituir meio de estímulo para definir as tarefas e assegurar o bom funcionamento da serventia”.

exclusiva do delegatário. O próprio STJ⁸⁷, ao decidir sobre a incidência ou não de ISS sobre a atividade de notas e registros afirmou que

Não se aplica à atividade notarial e de registros públicos a sistemática de recolhimento de ISS (...) porquanto tal benefício só se aplica aos casos em que há prestação de serviço especializado, com responsabilidade pessoal e sem caráter empresarial. **E nos casos dos serviços em questão, há nítido caráter empresarial.** (grifos nossos)

Contudo, deve-se fazer ressalvas quanto à analogia presente na jurisprudência nacional entre serventias extrajudiciais e sociedades empresárias. Ainda que exercido em caráter privado, o serviço delegado é inalienável, subsiste mesmo em caso de morte ou renúncia do titular e tem seu funcionamento limitado e coordenado por normas legais. Embora haja certa liberdade de gestão, não cabe ao titular gozar de muitas das liberdades inerentes aos entes da iniciativa privada. O titular não pode, a título de exemplo, cobrar emolumentos diversos daqueles acordados em lei.

É dizer, “a atividade notarial e de registro, a despeito de submeter-se prioritariamente ao Direito Público, assemelha-se - mas não se identifica - com a atividade empresarial, no tocante à gestão interna da serventia⁸⁸”.

Nessa direção, Luiz Guilherme Loureiro⁸⁹ destaca que

(...) o fundamento de que a atividade notarial é similar à atividade empresarial, baseado apenas no argumento de intuito lucrativo incompatível com a noção de simples remuneração do próprio trabalho (REsp 1.187.464/RS), não está de acordo com o nosso ordenamento jurídico. Ao contrato de mero organizador de capital, mão de obra e matéria prima, o notário é um profissional do direito, a quem o Estado delega fé pública para garantir a autenticidade, validade e eficácia de atos e negócios jurídicos (arts. 1 e 3 da Lei 8.935/94).

Assim sendo, o papel que têm desempenhado as serventias extrajudiciais no movimento de desjudicialização não se deve exclusivamente às características de sua gestão. Sua relevância deve-se, ademais, pelo fato de serem os notários e registradores, antes de tudo, profissionais do Direito munidos de fé-pública sob a fiscalização do Poder Judiciário. A

⁸⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AREsp 7929 RS 2011/0060630-9**. Relator: Ministro Humberto Martins. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/892257932/agravo-em-recurso-especial-aresp-7929-rs-2011-0060630-9/decisao-monocratica-892257942?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 08 out. 2020

⁸⁸ MAFFINI, Rafael. Serviços notariais e de registro: a gestão privada de uma função pública. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, vol. 85, p. 391-404, jul./dez., 2018.

⁸⁹ LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos: teoria e prática**. 10ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. p. 71-71.

gestão é, pois, apenas uma das características que tornam os cartórios instrumentos atrativos de desjudicialização - ainda que de relevância ímpar.

2.1.4. Dos emolumentos e da gratuidade de justiça

O pagamento das atividades prestadas pelos notários e registradores aos usuários de suas serventias dá-se mediante emolumentos, reiteradamente reconhecidos pelo STF como sendo espécie tributária taxa⁹⁰. Ao definir o tributo, Tiago Machado Burtet⁹¹ leciona que

Emolumentos são o preço dos serviços praticados pelos serventuários de cartório ou serventias não oficializados, **remunerados pelo valor dos serviços desenvolvidos e não pelos cofres públicos**. (grifos nossos)

O conceito trazido acima é enfático em afirmar que os valores dispendidos com emolumentos não são provenientes dos cofres públicos, o que, *a priori*, revela-se de extrema relevância para o movimento de desjudicialização. Seguindo a lógica do emolumento, ao se transferir para os cartórios atribuições antes de competência exclusiva do Poder Judiciário, além da potencial redução no número de demandas em juízo, desonera-se o erário.

Para além de desonerar o erário, contudo, os emolumentos acabam, em verdade, por transformar-se em fonte de receita para o Poder Público. Isso porque, mais do que remunerar os notários e oficiais de registro, parte dos emolumentos também se destina aos próprios cofres públicos - são os chamados “repasses obrigatórios/ legais”.

Sem adentrar nas controvérsias doutrinárias a respeito da natureza jurídica dos emolumentos, fato é que, anualmente, tais repasses somam bilhões de reais⁹² destinados a diversas entidades, a depender do que dispõem as leis estaduais relativas aos emolumentos. Ainda assim, há de se observar que a Constituição Federal resguardou especial atenção à

⁹⁰ Há de se notar, assim, que emolumentos, enquanto espécie tributária taxa, não se confundem com custas judiciais. Como bem explica João Pedro Lamana Paiva: “depois do advento da atual Constituição, pode-se passar a designar por emolumentos à contraprestação remuneratória devida em razão da prestação dos serviços de notas e registros públicos, distinguindo-os, definitivamente, das *custas* judiciais que, tradicionalmente, era uma designação genérica dotada de um sentido abrangente de *despesas processuais* que englobavam também os emolumentos das atividades extrajudiciais”. Sobre o tema: PAIVA, João Pedro Lamana Paiva. *Gratuidade Emolumentar no Novo CPC*. DIP, Ricardo (Org.). **Direito Registral e o Novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. p. 160.

⁹¹ BURTET, Tiago Machado. Emolumentos nos serviços de notas e de registros: incidência, imunidade, isenções e assistência judiciária gratuita. *Juris Síntese*, São Paulo: IOB, n. 114, jul.-ago. 2015 (publicação jurídica em DVD). In: *Op. Cit.*

⁹² CARTÓRIO em Números: Capilaridade, Serviços Eletrônicos, Cidadania e Confiança. **ANOREG/BR**, 2020. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Cart%C3%B3rio-em-n%C3%BAmoros-1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

gratuidade de atos indispensáveis à cidadania, postura reiterada pelo art. 98 do Novo Código de Processo Civil.

Nesse sentido, José Augusto Garcia Souza⁹³ disserta que:

O acesso substancial à justiça tem duas implicações básicas: a) o acesso não pode ser puramente formal, mas sim concreto e efetivo; b) não se prende somente aos quadrantes do processo judiciário. **A gratuidade prevista no inciso IX, do § 1º do art. 98, concernente a emolumentos devidos a notários ou registradores, releva-se muito sintonizada com a ideia do acesso substancial.** De nada adianta a propositura de uma demanda, ou mesmo uma vitória em juízo, se a parte carente não tiver a oportunidade de realizar o ato registral ou notarial “necessário à efetivação da decisão judicial ou à continuidade do processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido. (grifos nossos)

Não obstante conceda-se gratuidade a determinados atos em prol do acesso à Justiça, deve-se ter em mente que os emolumentos também são a remuneração dos titulares de cartórios. De tal sorte, ainda que realizados no âmbito extrajudicial, os atos praticados por notários e registradores passíveis da gratuidade emolumentar são, ao fim, custeados pelo Estado por meio de reembolso.

2.1.5. Da fiscalização pelo Poder Judiciário

Conforme leciona o Ministro Ayres Britto, quando do julgamento da ADI 2.415/SP⁹⁴ de sua relatoria:

Cuida-se ainda de atividades estatais (atividades de notas e registros) cujo exercício privado jaz sob a **exclusiva fiscalização do Poder Judiciário**, e não sob órgão ou entidade do Poder Executivo, sabido que por órgão ou entidade do Poder Executivo é que se dá a imediata fiscalização das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos. Por órgãos do Poder Judiciário é que se marca a presença do Estado para conferir certeza e liquidez jurídica às relações inter partes, com esta conhecida diferença: o modo usual de atuação do Poder Judiciário se dá sob o signo da contenciosidade, **enquanto o invariável modo de atuação das serventias extraforenses não adentra essa delicada esfera da litigiosidade entre sujeitos de direito.** (grifos nossos)

⁹³ SOUSA, José Augusto Garcia. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. (Coords.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 164.

⁹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.415/SP**. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1718027>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Ao disciplinar a atuação do Poder Judiciário sobre os serviços de notas e registros, a Lei dos cartórios fez por interpretar de forma abrangente o termo “fiscalização” presente no art. 236, §1º, CF/88. Como ensina o professor Walter Ceneviva⁹⁵, “verifica-se que a fiscalização criada pela LNR se estende para mais além, pois o mesmo juízo competente pode aplicar penas de repreensão, multa e suspensão (...)”. Mais do que examinar os atos praticados pelos delegatários e conferir sua adequabilidade com a normativa correspondente, o Poder Judiciário, na realidade, reveste-se de verdadeiro poder disciplinar.

Nesse sentido, insta esclarecer que, consoante à melhor doutrina, não há de se falar em incompatibilidade entre a citada independência de que goza o delegatário e o referido controle por parte do Poder Judiciário. Assim como aos magistrados e Promotores de Justiça é assegurada independência funcional, sem prejuízo das atividades correicionais, a atuação dos tabeliães e registradores “é livre, apenas subordinando a outros órgãos ou autoridades em via administrativa ou judicial⁹⁶”.

Nesse sentido, cabe notar que o legislador, conforme se infere do art. 37, LNR, delegou aos tribunais e juízes dos Estados e do Distrito Federal a competência para exercer referida fiscalização judiciária. Tal característica coaduna-se, mais uma vez, às tantas singularidades existentes nos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais, pois, pertencendo ao quadro de organização da Justiça, cumpre aos Tribunais estaduais a iniciativa privativa de projetos de leis que versem sobre extinção e criação de novas serventias, por exemplo.

Para além da criação e extinção de serventias extrajudiciais, os Tribunais de Justiça detêm amplo poder normativo no que diz respeito ao funcionamento de tais serviços. Parte da organização judiciária, as atividades de notas e registros submetem-se às normas emitidas pelas Corregedorias Gerais de Justiça estaduais e pela Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ – como exposto previamente. Fatores estes que reforçam o papel que os cartórios podem ter como propulsores dos MASCS no Brasil.

2.2. Notários e registradores como conciliadores e mediadores

⁹⁵ CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e dos Registradores comentada**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 298.

⁹⁶ LAMANAUSKAS, Milton Fernando; PEDROSO, Regina. **Direito Notarial e Registral atual**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

Compreendido, no capítulo 1, o papel central que exercem o mediador e o conciliador para o sucesso dos MASCs como vias efetivas de acesso à Justiça, faz-se necessário analisar a compatibilidade da função notarial e de registros com os serviços de conciliação e mediação a fim de se verificar possíveis pontos de convergências e divergência entre as atividades.

Assim sendo, neste tópico, serão consideradas as divisões da análise qualitativa dos MASCs sobre dois aspectos – micro e macro, tal como realizado previamente – a fim de facilitar a visualização da compatibilidade entre as atividades aqui comparadas para, posteriormente, debruçar-se de forma crítica sobre as disposições trazidas pelo Provimento CNJ n. 67.

2.2.1. Aspecto micro

Como exposto alhures, os notários e registradores exercem funções típicas de Estado em caráter privado, mediante delegação do Poder Público, com intuito lucrativo, mas submetendo-se aos princípios da Administração Pública e àqueles próprios da função, sob fiscalização do Poder Judiciário. Isto posto, observa-se que o caráter econômico de que se reveste a função não a inviabiliza como instrumento de concretização dos mais variados direitos, inclusos aqueles tidos como garantias fundamentais - a exemplo da propriedade privada e do direito ao nome. Aliás, o próprio CPC, a Resolução n. 125 e a Lei da Mediação reservaram especial atenção à participação de entes privados nos métodos consensuais de solução de conflitos, de modo que não restam dúvidas quanto ao exercício da mediação e conciliação como atividade rentável - desde que obedecidas as normativas pertinentes. Comentando a polêmica envolvendo a atuação de notários e registradores em MASCs, Fernanda Tartuce⁹⁷ observa que

Desde o início da cogitação sobre tal possibilidade, o tema gerou polêmicas e desconfianças – sobretudo porque haveria interesse precipuamente econômico na gestão de meios consensuais.

Ora, sob o prisma da evolução do sistema multiportas, a resposta é positiva: os cartórios têm uma excelente dispersão geográfica. Soa infundada a resistência com relação aos cartórios, já que tais serventias são referências tradicionais de informação e regularização de situações jurídicas. **A existência de interesse econômico é natural e permeia todos os que exercem atividades na seara privada.** (grifos nossos)

⁹⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. p. 317.

A dúvida quanto à viabilidade dos MASCs em serventias extrajudiciais reside, em verdade, na aparente incompatibilidade entre as balizas principiológicas que guiam as atividades. De um lado, os cartórios que tradicionalmente se destinam a garantir a publicidade, a autenticidade, a segurança e a eficácia de atos jurídicos, marcadamente estruturados sobre a solenidade e a formalidade; de outro, a mediação e a conciliação que se fundamentam na oralidade, informalidade, autonomia da vontade, isonomia entre as partes, busca de consenso e confidencialidade.

Um olhar mais atento, entretanto, pode indicar mais similitudes do que contrastes entre as funções. Como se infere do art. 1º do Código de Ética dos Mediadores e Conciliadores Judiciais⁹⁸: “são princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação”. De forma semelhante, o Código de Ética dos Notários⁹⁹ destaca serem deveres dos delegatários a “imparcialidade e independência no exercício de sua profissão e o respeito pela livre escolha das partes”, no que diz respeito à confidencialidade, a própria Lei dos Notários e dos Registradores, em seu art. 30, VI, revela ser dever dos titulares “guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão”.

É dizer, embora distintas, as atividades de notas e registros, a mediação e a conciliação compartilham, na realidade, de uma mesma função precípua: a pacificação social - a qual se reflete nos princípios que regem o modo de atuação de seus profissionais.

A categorização dos notários e registradores como preventores de litígios tem feito parte da Doutrina afirmar que “a mediação e a conciliação estão no gene, na identidade, no DNA da atividade notarial e registral¹⁰⁰”. Por derradeiro, Milton Lamanauskas¹⁰¹ afirma que

A par do aspecto estritamente legal, a praxe tanto da atividade notarial quanto da registral tem demonstrado que os profissionais, tabeliães e oficiais de registro, atuam no seu dia a dia de forma conciliadora, pois

⁹⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 125 de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado160204202007225f1862fcc81a3.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁹⁹ 26º TABELIONATO DE NOTAS. **Código de Ética e Disciplina Notarial**. Disponível em: <https://www.26notas.com.br/blog/?page_id=4548>. Acesso em: 09 nov. 2020.

¹⁰⁰ EL DEBS, Martha (Coord.). **Sistema Multiportas: a mediação e a conciliação nos cartórios como instrumento de pacificação social e dignidade humana**. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 40.

¹⁰¹ LAMANAUSKAS, Milton Fernando; PEDROSO, Regina. **Direito Notarial e Registral atual**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015. p. 87.

buscam fornecer a melhor orientação para os usuários, sem relegar o aspecto da segurança jurídica.

Nessa mesma direção, o prof. Campilongo¹⁰², discorrendo especificamente sobre a mediação aponta que “mediador não sentencia. Facilita a saída consensual. Essa vocação é inerente à função notarial. A imparcialidade do notário tem raízes em fundamentos diversos daqueles do juiz: o mediador é imparcial para permitir que as partes construam a decisão”.

Os partidários da ideia da conciliação e da mediação como institutos inatos aos serviços das serventias extrajudiciais ainda destacam o amplo saber jurídico que detêm os delegatários, o que se comprovaria mediante às difíceis aprovações nos concorridos certames de cartórios. A assertiva, contudo, parece não estar totalmente em consonância com as disposições legais acerca da mediação e conciliação extrajudiciais.

Como se extrai das normativas pertinentes, sequer é necessário, *a priori*, que os conciliadores e os mediadores sejam formados em Direito. Do contrário, todos os bacharéis das ciências jurídicas estariam aptos a exercer a conciliação e a mediação pelo simples fato de portarem um diploma de Direito, o que não se sustenta. Afirmar que ter amplo saber jurídico possibilita, per se, o exercício de tais métodos é negar sua complexidade enquanto disciplina que envolve diversos campos do conhecimento, dos quais o Direito é apenas um.

Ademais, é preciso observar que, ainda que exercidos em caráter privado, os serviços de notas e registros são serviços públicos, submetendo-se, pois, ao Direito Público no que diz respeito às relações jurídicas entre os titulares e os usuários dos cartórios. A mediação e a conciliação extrajudiciais, por outro lado, são “atividades essencialmente privadas, em contraposição à mediação e conciliação judiciais, sendo, portanto, incompatíveis com as competências do tabelião ou registrador como delegatário do Poder Público¹⁰³”.

Tanto o é, que possíveis danos praticados pelos delegatários, quando da prática de suas funções, incute responsabilidade civil objetiva ao Estado, restando a eles a responsabilidade civil subjetiva e, logo, possível direito de regresso. Situação esta que, a princípio, mostra-se incompatível com os encargos impostos aos mediadores e conciliadores extrajudiciais, os

¹⁰² CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A mediação e o notariado**. In: Jornal Valor Econômico. Publicação de 27.08.2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/noticia/2013/08/26/a-mediacao-e-o-notariado.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁰³ DUARTE JUNIOR, Luiz Perisse; VERÇOSA, Fabiane. **Tabeliães e Registradores e Mediação e Conciliação Extrajudiciais**, 02 de junho de 2017. Disponível em: <<http://cbar.org.br/site/wp-content/uploads/2018/04/Parecer-CBAr-PL-7600.2014-Luiz-Pe%CC%81risse%CC%81-Duarte-Junior-e-Fabiane-Verc%CC%A7osa.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

quais respondem civil e penalmente como pessoa física. Como bem alertam Fabiane Verçosa e Luiz Perisse Duarte Junior¹⁰⁴:

(...) se o tabelião ou registrador vier a atuar como mediador ou conciliador extrajudicial, exercerá esse múnus na qualidade de pessoa física, e não como tabelião; e seus atos serão, desse modo, totalmente estranhos ao cartório que esteja sob sua responsabilidade.

Do contrário, explicam os autores, “implicaria ilegítima distinção entre iguais e, portanto, padeceria de inconstitucionalidade (CF, art. 5º, inc. I)¹⁰⁵”. Destarte, cumpre analisar as disposições previstas no Provimento n. 67 a fim de verificar como o CNJ regulamentou a matéria e, se oportuno, apontar possíveis incongruências arguidas pela Doutrina especializada.

2.2.2. Aspecto macro

No que diz respeito ao aspecto macro, destaca-se a relação umbilical entre os serviços de notas e registros e o Poder Judiciário. Na esteira do exposto no capítulo 1, é sabido que a correta coordenação dos MASCs pela Justiça é fator indispensável à efetividade de tais métodos. Assim sendo, a posição das serventias extrajudiciais na organização da Justiça revela-se um atributo convidativo à implementação dos serviços de conciliação e mediação, vez que estão sob fiscalização direta do Poder Judiciário e subordinam-se às normas por ele emanadas.

Há de se observar, ainda, que, estando os cartórios adstritos aos Tribunais estaduais, assim como ao CNJ, nasce uma possibilidade dupla de coordenação. Se, por um lado, tais serviços são uniformizados no plano nacional pelas normativas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça, por outro, podem adaptar-se às distintas realidades locais por meio da coordenação empreendida pelos Tribunais – coadunando-se mais uma vez aos fatores que influenciam na qualidade de tais métodos.

No tocante à adaptação às diferentes localidades, cumpre frisar que os emolumentos, enquanto tributos a serem pagos em razão da utilização dos serviços de notas e registros, são instituídos por meio de lei estadual. Logo, seus valores diferem conforme o ente da Federação em tela, de modo a melhor refletir os custos e a realidade de cada canto do Brasil.

¹⁰⁴ *Ibidem.* p. 3.

¹⁰⁵ *Ibidem.* p. 2.

2.3. Experiências internacionais: a atuação de notários e registradores nos serviços de mediação

O exercício dos serviços notariais e de registros por particulares não é uma exclusividade brasileira. Ao contrário do que afirmam aqueles que atribuem à colonização portuguesa a herança dos cartórios extrajudiciais, o “notariado latino”¹⁰⁶ está presente em 88 países¹⁰⁷, nos cinco continentes. China, Espanha, Japão, Itália, México e Nigéria são exemplos de países que se valem do sistema romano-germânico de notas e registros.

Assim como no Brasil, a desjudicialização via sistema notarial e registral tem sido um fenômeno mundo afora. Na França¹⁰⁸, os notários podem abrir testamentos e disciplinar sucessões. No Peru¹⁰⁹, desde 2018, é possível requerer divórcio e separação consensuais diretamente nos cartórios. Caminho este seguido pela Eslovênia¹¹⁰ que, desde 2019, delega aos tabeliães a realização de divórcios de mútuo acordo.

Postas as tantas divergências normativas presentes em cada ordenamento jurídico, há um fator comum que pode ser observado em grande parte dos países que adotam o notariado latino: a tendência em relacionar os métodos consensuais de resolução de conflitos aos serviços notariais como forma de desafogar o Poder Judiciário.

¹⁰⁶ O notário latino configura-se como “*O profissional de direito encarregado de uma função pública consistente em receber, interpretar e dar forma legal à vontade das partes, redigindo instrumentos adequados a este fim e conferindo-lhes autenticidade*”. LOUREIRO, Luiz Guilherme. **A Natureza da Atividade Notarial: Breve Reflexões em Face da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**, 21 jan. 2015. GEN Jurídico Online. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2015/01/21/natureza-da-atividade-notarial-breve-reflexoes-em-face-da-jurisprudencia-do-superior-tribunal-de-justica/#_ftn2>. Acesso em: 11 out. 2020.

¹⁰⁷ COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL. Conheça os 88 países no mundo que adotam o notariado latino, 2018. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MTcwMjc=&MSG_IDENTIFY_CODE>. Acesso em: 09 out. 2020.

¹⁰⁸ FRANÇA. **Code Civil**. Edition 2020-09-26. Disponível em: <<http://codes.droit.org/PDF/Code%20civil.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020. Art. 1007. *Tout testament olographe ou mystique sera, avant d'être mis à exécution, déposé entre les mains d'un notaire. Le testament sera ouvert s'il est cacheté. Le notaire dressera sur-le-champ procès-verbal de l'ouverture et de l'état du testament, en précisant les circonstances du dépôt. Dans le cas prévu à l'article 1006, le notaire vérifiera les conditions de la saisine du légataire au regard du caractère universel de sa vocation et de l'absence d'héritiers réservataires. Il portera mention de ces vérifications sur le procès-verbal. Le testament ainsi que le procès-verbal seront conservés au rang des minutes du dépositaire.*

¹⁰⁹ PERU. **Ley n. 29227**. Procedimiento no contencioso de Separación Convencional y Divórcio Ulterior. Disponível em: <<https://www.gob.pe/438-divorcio-rapido-ley-n-29227>>. Acesso em: 02 out. 2020.

¹¹⁰ BRANISELJ, Erika. National Report Slovenia. **Notarius Internacional**, v. 3-4/2004, p. 169 -171. Disponível em: <http://212.63.69.85/Database/2004/notarius_2004_03_169_en.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

A Comissão Europeia, por exemplo, consoante à sua Diretiva 2008/52/CE¹¹¹, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial, lançou em 2018 o programa *Mediation for Notaries - Notaries for Mediation*¹¹² com o objetivo de compreender o panorama da mediação realizada por notários nos países membros e fomentar, sobretudo, a mediação entre partes de países diferentes. A ver:

(...) the Mediation for Notaries – Notaries for Mediation project, is placed within the framework of judicial cooperation in which the notariat is involved through reflection on a preventive justice that participates in both alternative and subsidiary conflict resolution, and the implementation of new tools common to European professionals in the sector.

Longe de ser uma singularidade europeia, o projeto, em verdade, vem na esteira de entendimentos há muito levantados pelos próprios notários. Ainda no ano de 2001, a Resolução Final do XXIII Congresso Internacional da União Internacional do Notariado Latino, realizado em Atenas, recomendava que os Estados membros fomentassem o exercício de métodos consensuais de resolução de conflitos no âmbito notarial, tal como a mediação, vez que esta “*se orienta a frenar el acceso prematuro a la jurisdicción del Estado, y a deshojarla, porque los tribunales del Estado están saturados de trabajo*”¹¹³.

Referida posição foi recentemente confirmada pelo XXVII Congresso da União Internacional do Notariado Latino, ocorrido em 2013 na capital peruana. Segundo consta do seu documento de conclusões¹¹⁴, o Congresso recomenda

que cada Estado pueda beneficiarse de las cualidades naturales como mediador que caracterizan al notario, eliminando los posibles obstáculos jurídicos y/o culturales que impiden a los notarios actuar como mediadores y/o árbitros.

¹¹¹ UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva 2008/52/CE de 21 de maio de 2008**, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32008L0052>>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹¹² NOTARIES OF EUROPE. **Mediation for Notaries - Notaries for Mediation**, 22 mar. 2018. Disponível em: <http://www.notaries-of-europe.eu//index.php?pageID=16169&change_language>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹¹³ XXIII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO. **Resolución final**, Atenas: UINL, 2001. Disponível em: <<http://www.acervonotarios.com/files/Resolucion%20Final%20del%20XXIII%20Congreso%20Internacional%20del%20la%20Union%20Internacional%20del%20Notariado%20Latino.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2020.

¹¹⁴ XVII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO. **Resolución final**, Lima: UINL, 2013. Disponível em: <http://www.cfna.org.ar/documentacion/congresos-internacionales-del-notariado/27-congreso-internacional-del-notariado_-_lima-2013.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

Nesse sentido, apesar do recente movimento internacional em fazer dos cartórios peça-chave para a efetivação da conciliação, mediação e mesmo arbitragem, insta observar que por razões jurídicas, econômicas e culturais, cada país tem implementado estratégias distintas. Da mediação sobre matéria penal na Espanha à ênfase na mediação notarial em matéria consumerista na França, as experiências internacionais podem oferecer caminhos promissores para o Brasil, ou não.

É certo que há divergências normativas imensas entre os ordenamentos, as quais não serão aqui esmiuçadas. Não obstante, o exemplo a seguir narrado têm o condão de ilustrar a vasta aplicabilidade da mediação e conciliação notariais como ferramentas de apoio ao Poder Judiciário.

A fim de adequar o ordenamento jurídico espanhol à Diretiva 2008/52/CE, relativa à mediação civil e mercantil na União Europeia, a Espanha promulgou, em 2012, sua Lei n. 5/2012¹¹⁵. Detentor de um dos sistemas de notas e registros mais eficientes do mundo¹¹⁶, o país ibérico, a partir de citada lei, fez por reafirmar o papel do notário enquanto profissional dotado de fé pública, delegando a terceiros a função de conduzir as sessões de mediação. À luz de seu artigo 5º, podem ser mediadores as pessoas naturais com formação superior que tenham realizado cursos de mediação autorizados pelo Ministério da Justiça espanhol, bem como as pessoas jurídicas – sejam elas de direito público ou privado – desde que representadas por pessoas naturais que preencham os requisitos para serem mediadores.

O procedimento é realizado fora dos cartórios. O papel do notário não é o de mediar. Ao tabelião cumpre revestir de fé pública a ata resultado do acordo firmado entre as partes, e devidamente assinada pelo mediador. Ao fazê-lo, o tabelião transforma a ata em título executivo de modo que, em caso de inadimplência, possa ser levado a execução por via judicial. Frise-se, ainda, que qualquer uma das partes pode levar a ata ao notário, não sendo precípua a presença do mediador em cartório. Conforme estatísticas cedidas pelos colégios notariais espanhóis¹¹⁷, a porcentagem de acordos realizados nas audiências de mediação chega a 80%. Segundo eles, a mediação tem o fito de reduzir a semanas os processos judiciais que, em média, duram nove meses na Espanha.

¹¹⁵ ESPANHA. Ley 5/2012, de 6 de julio de 2012. Dispõe sobre mediação em assuntos civis e mercantis. **Boletín Oficial del Estado: Legislación Consolidada**. Madri, 2012. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/pdf/2012/BOE-A-2012-9112-consolidado.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

¹¹⁶ EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada**. 4. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 168.

¹¹⁷ RUIZ-CASTILLO, Marta. Mediación: La alternativa donde todas las partes ganan. **Revista Escritura Pública**, v. 124, p. 71., jul./ago., 2020.

3. Obstáculos à adoção do Provimento CNJ n. 67/2018

O presente capítulo pretende, por fim, apresentar o Provimento n. 67 de forma crítica e, em seguida, revelar os obstáculos para sua adoção, considerando as características das serventias extrajudiciais conforme já destacadas no capítulo 2, e as experiências prévias à regulamentação dos serviços de conciliação e mediação em cartório pelo Conselho Nacional de Justiça.

3.1. Experiências prévias ao Provimento CNJ n. 67/2018

Apesar da aparente inovação trazida pelo Provimento n. 67/2018, a regulamentação dos serviços de conciliação e mediação em serventias extrajudiciais pelo CNJ vem na esteira de entendimentos há muito já firmados por Tribunais de Justiça de diferentes estados da Federação, e expressos diversas vezes por notários e registradores.

Antes da promulgação da LM, ainda em 2012, durante o 60º Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (“ENCOGE”), o Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil já apontava para a necessidade de se incentivar a prática da conciliação e da mediação em serventias extrajudiciais como forma de agilizar as atividades do Poder Judiciário estadual¹¹⁸. Um ano depois, durante o 64º ENCOGE, ocorrido em Florianópolis, tal postura foi expressa mais uma vez, externando o “posicionamento favorável deste Colégio de Corregedores-Gerais à adoção dos institutos da

¹¹⁸ LX ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES GERAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. **Conclusões finais**, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/uploads/2020/04/25/60o-encoge.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020. Do documento oficial, consta: “(...) com o escopo de aprimorar e agilizar as atividades do Poder Judiciário Estadual Brasileiro, deliberou, à unanimidade de seus membros, as seguintes diretrizes: (...) 14. INCENTIVAR a prática da mediação e da conciliação, inclusive no âmbito extrajudicial, como forma de resolução de conflitos”.

mediação e conciliação no âmbito das serventias extrajudiciais¹¹⁹”, alinhando-se à tendência internacional em valer-se dos serviços de notas e registros para o avanço dos MASCs.

Nesse sentido, em 2013, por meio de seu Provimento CJG n. 17/2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo autorizou a realização de conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais paulistas. Considerando que a correta disciplina de referidos procedimentos “tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças¹²⁰”, o Provimento CJG n. 17/2013 alegava fundamento na Resolução CNJ n. 125/2010, segundo a qual cumpre ao Poder Judiciário promover políticas públicas de fomento aos métodos consensuais de solução de conflitos.

Ambicioso, o Provimento paulista apresentava algumas disposições diametralmente opostas àquelas presentes no Provimento CNJ nº 67/2018 - como será exposto adiante. Dentre elas, destaca-se a fixação pelo TJSP da “universalidade da competência”, atributo segundo o qual as serventias extrajudiciais que implementassem serviços de mediação e conciliação não estariam subordinadas apenas a assuntos relativos às suas funções precípuas. Em outras palavras, desde que o conflito tivesse como objeto direitos patrimoniais, qualquer serventia seria competente para conduzir uma solução consensual. Fosse um Registro de Imóveis, fosse um Tabelionato de Protesto, as partes estariam livres para escolher a qual serventia levar seu conflito.

Dentre as razões para a escolha da universalidade da competência, o TJSP salientava que dado “o fato de que os notários e registradores detêm amplo saber jurídico e que as causas a eles submetidas versarão apenas sobre direitos patrimoniais disponíveis, verifica-se que a fixação da universalidade da competência é medida que mais atende ao interesse público¹²¹”.

Na mesma direção, não tardou para que as Corregedorias-gerais de Justiça de outros estados passassem a disciplinar a mediação e conciliação nas serventias extrajudiciais sob sua competência. Seguindo o exemplo paulista, o Tribunal de Justiça do Ceará (“TJCE”), por meio do Provimento Nº 12/2013¹²², estabelecia que “Art. 6º. O requerimento de mediação ou conciliação pode ser dirigido a qualquer notário ou registrador, independentemente da

¹¹⁹ LXIV ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES GERAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. **Conclusões finais**, nov. 2013. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/uploads/2020/04/25/64-encoge.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

¹²⁰ TJSP. **Provimento CGJ nº 17/2013**, autoriza e implementa a mediação e a conciliação extrajudicial no Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/mediacao-e-conciliacao-serventias-extrajudiciais-autorizacao-provimento-cg-17-2013.html>>. Acesso em: 16 out. 2020.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² TJCE. **Provimento CGJ nº 12/2013**, dispõe sobre a autorização e a implementação, no âmbito das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, dos procedimentos de mediação e conciliação. Disponível em: <<https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2013/06/PROV-12-13.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

especialidade da Serventia Extrajudicial de que é titular” - reprodução idêntica ao disposto no provimento do TJSP.

No dia 10 de setembro de 2013, contudo, após reiterada movimentação da OAB do Estado de São Paulo, o CNJ acabou por suspender todos os procedimentos de conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais do país. Segundo o presidente da seccional paulista à época, Marcus Vinicius Furtado Coelho, “não é razoável que os cartórios, que possuem a função registral, busquem substituir a sociedade e as instituições para realizar a mediação¹²³”. Para o CNJ, a seu turno, a regulamentação da conciliação e da mediação em cartórios pelas Corregedorias estaduais deveria contar com prévia disposição legal, de modo que os provimentos estaduais padeciam de vício de competência. Nas palavras da conselheira Gisela Gondin Ramos, ao decidir sobre a matéria, “o ato administrativo impugnado, além de legar aos notários e registradores função extravagante, ao arrepio das leis de regulamentação, fê-lo invadindo a esfera de regulamentação reservada à lei, nos termos do que dispõe o art. 236, §1º, da Constituição da República¹²⁴”.

3.2. Provimento CNJ n. 67/2018

Em 26 de março de 2018, cinco anos após a tentativa do Tribunal do Estado de São Paulo em regulamentar a conciliação e a mediação em suas serventias extrajudiciais, o CNJ emite seu Provimento n. 67, possibilitando e, a princípio, uniformizando tais procedimentos em todos os cartórios do Brasil.

Erigindo-se sobre o art. 42 da Lei de Mediação, como mencionado previamente, o Provimento n. 67 prevê disposições diversas daquelas encontradas na norma do TJSP, e nas demais que a seguiram. Ao regulamentar o referido artigo, o CNJ expressa mais uma vez o caráter subsidiário que a LM tem para com os procedimentos de conciliação. Como se extrai do próprio texto do Provimento: “Art. 2º Os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro serão facultativos e deverão observar os requisitos previstos neste provimento, sem prejuízo do disposto na Lei n. 13.140/2015”.

Grosso modo, o CNJ fez por transpor o texto da LM ao Provimento n. 67. Ainda assim, as poucas inovações trazidas pelo Conselho acabaram por diferenciar substancialmente os

¹²³ ROVER, Tadeu. CNJ confirma proibição de conciliação em cartórios, 10 set. 2013. **Conjur**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-set-10/cnj-confirma-liminar-proibe-mediacao-conciliacao-cartorios-sp>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

¹²⁴ *Ibidem*.

procedimentos de conciliação e mediação realizados nas serventias extrajudiciais daqueles realizados em câmaras privadas.

Algumas distinções, contudo, provêm da própria LM. Como se infere de seu art. 42:

Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais, **desde que no âmbito de suas competências.** (grifos nossos)

A escolha do legislador em limitar a atuação dos delegatários, quando conciliadores/mediadores, ao “âmbito de suas competências” tem gerado discussões doutrinárias quanto ao alcance do Provimento n. 67.

Segundo Fernanda Tartuce, citando Erica Barbosa e Silva¹²⁵:

Notários e Registradores devem exercer essa nova atribuição relacionada à aplicação específica dessas técnicas, atuando como facilitadores da comunicação e, pela investigação das suas razões, favorecendo a resolução do conflito. Dessa forma, é evidente que não está atrelada a nenhuma especialidade cartorial, tanto que o provimento não fala em distinção por atribuição (...). É certo que essa interpretação favorece a população, pois as Serventias Extrajudiciais estão espalhadas por todo o território e estão presentes até mesmo nos locais mais longínquos. Sem essas restrições, haverá grande ampliação das arenas de solução consensual de conflitos, favorecendo o desenvolvimento da Justiça colaborativa.

Ao regulamentar o art. 42, o Provimento n. 67 pouco revela sobre os limites de atuação dos notários e registradores. Seu art. 13 apenas estabelece que “o requerimento de conciliação e mediação poderá ser dirigido a qualquer serviço notarial ou de registro de acordo com as respectivas competências”.

Na mesma direção, o TJSP, regulamentando o Provimento n. 67, também pouco esclarece sobre o tema. Como consta do subitem 104.2 de seu Provimento CGJ n. 42/2018¹²⁶:

Subitem 104.2. Para a realização de conciliação e de mediação serão observadas as regras de especialização de cada serviço notarial e de registro, nos termos da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

¹²⁵ BARBOSA E SILVA, Erica. Conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais. In: TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. p. 319.

¹²⁶ TJSP. **Provimento CGJ n. 42/2018**, 07 de dezembro de 2018. Acrescenta os itens 92 e seguintes do Capítulo XIII do Tomo II das Normas de Serviços da Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/_Documentos/Uploads/Provimento%20n%2042-2018.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Ao discorrer sobre o assunto, Luiz Antonio Scavone Jr.¹²⁷ ilustra que “pode ocorrer, por exemplo, no ato da outorga de escritura do imóvel, controvérsia entre as partes que poderá ser solucionada, desde que assim queiram, por intermédio da mediação e conciliação”.

Ainda assim, restam dúvidas sobre o alcance da competência de cada cartório. Há atos, por exemplo, que envolvem mais de um tipo de serventia, gerando questionamentos quanto ao que cada notário/ registrador poderia abarcar nas sessões de conciliação e mediação nos cartórios de sua titularidade. Certo é que o Provimento n. 67 não adotou a “universalidade da competência” como o fez o Provimento CGJ 17/2013 do TJSP, e nem o poderia – considerando as disposições da LM. Diante de tal cenário, cabe apenas confabular sobre o alcance do art. 42, à luz das atribuições dispostas na Lei n. 8.935/94 sobre as 5 espécies¹²⁸ de serventias extrajudiciais existentes no Brasil.

No que tange às competências do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, suas atribuições dizem respeito, sobretudo, ao nascimento, adoção, casamento, divórcio, óbito, emancipação, interdição e opção de nacionalidade. O Oficial de Registro de Títulos e Documentos Civil de Pessoas Jurídicas, a seu turno, pode conduzir, por exemplo, sessões relativas a penhora sobre coisas móveis, caução de títulos de crédito pessoal, contrato de parceria agrícola ou pecuária, bem como sobre questões relativas a contratos/ estatutos constitutivos das pessoas jurídicas registradas e registráveis na serventia de sua titularidade. O Oficial do Registro de Imóveis, por sua vez, pode guiar conflitos relativos a bens de família, hipotecas, contratos de locação, servidões em geral, usufruto, uso e direito real de habitação, dentre outras matérias.

No tocante aos notários, o Tabelião de Protesto deve observar o disposto, especialmente, em sua lei específica (Lei n. 9.492/97), o que se traduz na possibilidade de guiar audiências de conciliação e mediação cujo objeto seja título ou documento de dívida. Papel de destaque, todavia, recai sobre o Tabelião de Notas, vez que as Corregedorias-gerais de Justiça, ao regulamentar o Provimento n. 67, têm firmado o entendimento que “somente as delegações a que forem atribuídas a especialidade de Tabelião de Notas poderão realizar a conciliação e a mediação sobre qualquer matéria que admita a transação como forma de solução de litígio¹²⁹”.

¹²⁷ SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020. p. 288.

¹²⁸ Diferente do que dispõe o art. 5º da Lei 8.935/94, foram desconsiderados os tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos, vez que se trata de serventia diferenciada e restrita a atos raros, bem como os oficiais de registro de distribuição, dada sua função meramente gerencial. Para efeitos do presente trabalho, foram consideradas as seguintes serventias judiciais: i. tabelionato de notas; ii. tabelionato de protesto de títulos; iii. Registro de Imóveis; iv. Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas; e v. Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas.

Conquanto a aderência dos delegatários à realização de tais métodos em suas serventias também seja facultativa, ao fazê-lo, devem preencher todos os requisitos presentes no Provimento CNJ n. 67/2018, dentre os quais destaca-se a necessidade de autorização do Poder Público, na figura do Judiciário.

A imprescindibilidade da autorização para o funcionamento da conciliação e da mediação destoa da grande maioria das previsões normativas pertinentes à gestão das serventias extrajudiciais. Em regra, os atos necessários à organização e execução dos serviços independem de autorização¹³⁰, bastando a observação pelo notário ou registrador das normas que balizam um certo ato. A título de exemplo, inovações legislativas recentes que possibilitam a adoção de novas atividades pelos delegatários, tal como a Lei n. 13.484/2017¹³¹ (“Ofícios da Cidadania”), dispensam a necessidade de autorização do Poder Público quando da aderência a novos serviços é dizer: preenchidos os requisitos pertinentes, obtém-se automaticamente a autorização legal.

O Provimento CNJ n. 67/2018, por sua vez, prevê que o processo de autorização para a realização de conciliação e de mediação nas serventias deve ser regulamentado pelos NUPMECs e pelas Corregedorias-Gerais de Justiça. A presença dos NUPMECs, a propósito, é característica constante do Provimento n. 67 – reafirmando o papel do Poder Judiciário quando da coordenação dos MASCs. A fiscalização dos serviços prestados dos procedimentos fica a cargo das Corregedorias-Gerais de Justiça e do juiz coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Como contrapartida para o funcionamento dos serviços de conciliação e mediação, o Provimento n. 67 repete a previsão do art. 169, §2º, CPC, obrigando que as serventias aderentes realizem sessões não remuneradas para atender às demandas de gratuidade. O percentual de tais sessões não poderá ser inferior a 10% do total de sessões realizadas no cartório, nem inferior ao percentual fixado para as câmaras privadas.

¹²⁹ TJSP. **Provimento CGJ n. 42/2018**, 07 de dezembro de 2018. Acrescenta os itens 92 e seguintes do Capítulo XIII do Tomo II das Normas de Serviços da Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/_Documentos/Uploads/Provimento%20n%2042-2018.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

¹³⁰ Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução. BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹³¹ BRASIL. **Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017**. Altera a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13484.htm>. Acesso em: 17 nov. 2020.

Observa-se aqui uma diferença entre a regulamentação dos procedimentos de conciliação e mediação e aquela relativa aos serviços de notas e registros. Enquanto neste, os atos gratuitos são posteriormente reembolsados pelo Poder Público, o Provimento n. 67 alinha-se ao CPC e confere as mesmas exigências destinadas às câmaras privadas.

Para realizar o cadastro, os notários e registradores interessados em atuar como conciliadores/ mediadores – ou aqueles por eles contratados – deverão ser formados em curso para o desempenho das funções, conforme as diretrizes curriculares estabelecidas pelo CNJ. Diferente das câmaras privadas, em que o cadastro e o curso de formação são dispensados em casos de sessões pré-processuais, os notários e registradores não contam com essa escolha. A obrigatoriedade da formação, assim parece, fragiliza a alegação de que, enquanto pacificadores sociais, tais profissionais estariam aptos para prontamente atuarem em MASCs.

Por outro lado, diante da obrigatoriedade da formação, põe-se em xeque a necessária vinculação disposta no art. 42, LM. Dada a possibilidade de se contratar conciliadores e mediadores, sejam lá quais forem seus campos profissionais, e sendo obrigatória a formação nos moldes do Anexo I da Resolução n. 125, carece de sentido a limitação da competência à especialidade de cada serventia. No mais, aplicam-se aos delegatários as mesmas regras das câmaras privadas no que diz respeito às qualificações das partes, à delimitação do objeto¹³², à facultatividade da presença de advogado e aos impedimentos para se atuar como conciliador ou mediador.

3.3. Obstáculos identificados

Tendo em vista o exposto ao longo deste trabalho, considerando o local que ocupam as serventias extrajudiciais na estrutura do Poder Judiciário, suas peculiaridades, e as tantas normas pertinentes aos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, foram identificados obstáculos relativos: i. à falta de regulamentação do Provimento n. 67 por parte das

¹³² Consoante ao disposto no art. 3º da Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), o Provimento CNJ nº 67/2015 permite que sejam objetos dos métodos consensuais os direitos disponíveis e os indisponíveis que admitam transação. As audiências podem versar sobre a integralidade dos conflitos, ou apenas partes deles. Versando o conflito sobre direitos indisponíveis transigíveis, o acordo decorrente da mediação ou conciliação em cartório deve ser homologado em juízo, na forma do art. 725, VIII, do CPC e art. 3º, §2º, da Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015). O titular da serventia encaminhará o acordo ao juízo competente com os documentos necessários à sua instrução, e, então, se homologado, retornará o termo às partes.

BRASIL. **Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015.** Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o §2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Corregedorias-gerais de Justiça; ii. à quantidade de serventias vagas atualmente no país; iii. à situação financeira de grande parte dos cartórios nacionais; e iv. aos emolumentos fixados no Provimento n. 67.

3.3.1. Regulamentação

O Art. 4º do Provimento n. 67 dispõe que

Art. 4º O processo de autorização dos serviços notariais e de registro para a realização de conciliação e de mediação deverá ser regulamentado pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e pelas corregedorias-gerais de justiça (CGJ) dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios.

Antes de mais nada, portanto, é correto afirmar que a adoção do Provimento n. 67 pelas serventias extrajudiciais prescinde de sua regulamentação pelas corregedorias-gerais e NUPEMECs. Afinal de contas, de nada adianta o debate acerca das potenciais vantagens que os serviços de conciliação e mediação em cartórios extrajudiciais podem trazer se, mesmo interessado, o titular não encontra amparo normativo para implementar o Provimento. Ainda assim, passados dois anos de sua publicação, poucos foram os Tribunais que regulamentaram a matéria.

Considerando o disposto nos Códigos de Normas das corregedorias-gerais de Justiça dos vinte e seis estados da Federação e do Distrito Federal, apenas sete deles haviam incorporado normas relativas ao Provimento CNJ n. 67/2018 na data de 30 de novembro de 2020. Na populosa região sudeste, somente o Estado de São Paulo contava com disposições sobre os serviços de conciliação e mediação em suas serventias extrajudiciais.

Somando-se à São Paulo, os Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Mato Grosso e de Rondônia também contavam com regulamentações sobre o Provimento n.67 dentre as normas de suas corregedorias. No entanto, muito embora se possam encontrar menções aos serviços de conciliação e mediação em suas normativas extrajudiciais, elas pouco regulamentam ou adaptam o Provimento n. 67 às realidades locais. O Estado do Acre, por exemplo, fez por transpor o texto do Conselho Nacional de Justiça em sua integralidade, sem acrescentar qualquer nova disposição.

A correta regulamentação do Provimento n. 67 é umas pedras fundamentais da efetivação dos serviços de conciliação e mediação nos cartórios do país. Mais do que estatuir

procedimentos de autorização a serem observados pelos notários e registradores, a regulamentação faz por moldar o Provimento aos desafios e necessidades regionais – fator essencial à efetivação de MASCs, como repetidamente demonstrado ao longo deste trabalho. De tal sorte, a carência normativa aqui identificada deve ser vista como o primeiro, mas decisivo, obstáculo a ser suplantado para que a adoção do Provimento n. 67 se torne uma realidade no Brasil.

3.3.2. Vacância

Das 13.341 serventias extrajudiciais espalhadas pelo Brasil, 4.580¹³³ delas encontram-se vagas. As serventias ficam vagas quando da extinção da delegação, seja devido à morte de seu titular, invalidez, renúncia ou perda de delegação. A vacância não implica na interrupção do funcionamento das atividades cartoriais, mas empossa um interino para gerenciar a serventia até que um novo titular - devidamente aprovado em concurso de provas e títulos - assuma a delegação.

Dado o caráter transitório da vacância, o interino tem poderes sensivelmente diferentes daqueles concedidos aos delegatários. Diferente da certa liberdade de gestão de que gozam os titulares, os interinos encontram-se limitados por rigorosas restrições impostas pelo Poder Judiciário - o que inviabiliza, à primeira vista, a adoção do Provimento n. 67 pelas 4.580 serventias vagas do Brasil.

Como se infere do art. 51-E do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro¹³⁴:

Art. 51-E. É vedada a contratação de despesas que possam onerar a renda da serventia vaga de modo continuado e/ou excessivo, sem a prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do artigo 14, inciso III, do Provimento CNJ nº 45/2015 e dos artigos 8º e 9º do Provimento CGJ nº 43/2010.

Do excerto acima, conclui-se que a interinidade obriga o responsável pela serventia a constantemente consultar o Poder Judiciário sobre a vasta maioria dos atos que venham a onerar o funcionamento do cartório. A título de ilustração, o interino não pode contratar novos

¹³³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça Aberta, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/>. Acesso em: 08 nov. 2020. Dia 08/11/2020.

¹³⁴ TJRJ. **Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Parte Extrajudicial. Atualizada em 03 nov. 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1042444/cncgi-extrajudicial-2020.pdf/ace419f5-8a49-0e09-9feb-9a12fce7977a?version=1.13>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

empregados, alterar o salário dos prepostos na ativa, alugar novo edifício ou adquirir novos bens sem prévia autorização do Judiciário¹³⁵.

Ainda assim, urge esclarecer que há certas despesas que sequer podem ser alvo de autorização. Ao dispor sobre a matéria, o TJRJ estabeleceu que “é vedado inserir, como despesa, valores que não resultam exclusivamente da prestação do serviço delegado”¹³⁶, limitando o conceito de despesa às atividades já existentes e exercidas na serventia quando do momento da vacância, tais como o aumento do aluguel do imóvel em que funciona o cartório, encargos trabalhistas provenientes de empregados já contratados, etc.

De tal sorte, resta esclarecido que a adoção dos serviços de mediação e conciliação pelas serventias vagas mostra-se inviável no presente momento, o que impossibilita a implementação do Provimento n. 67 em mais de um terço de todos os cartórios do país.

3.3.3. Serventias deficitárias

A capilaridade das serventias extrajudiciais, como exposto, é levantada como uma das características mais importantes para a implementação do Provimento n. 67. Não obstante estejam presentes nos rincões mais longínquos do país, as serventias extrajudiciais encontram um problema de ordem prática que inviabiliza a adoção dos serviços de conciliação e mediação extrajudiciais: muitas delas são deficitárias.

Na contramão do senso comum de que todos os cartórios são extremamente lucrativos, a realidade é que mais de 30%¹³⁷ deles apresentam faturamento semestral bruto inferior a R\$ 100.000,00. Atualmente no Brasil, 7,9%¹³⁸ das serventias faturam até R\$ 2.000 por semestre, e 10% entre R\$ 10.001,00 e R\$ 50.000,00. Por faturamento bruto entende-se a arrecadação total proveniente do pagamento de emolumentos sem considerar os repasses obrigatórios, deduções de demais tributos, possível aluguel do local em que funciona o cartório, gastos trabalhistas, etc.

¹³⁵ Art. 48. Todos os atos praticados por Responsáveis pelo Expediente, relacionados à admissão, alteração salarial de empregados de Serviço Extrajudicial, bem como outras medidas inerentes à legislação trabalhista, dependerão de prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça, constituindo falta grave a inobservância deste preceito. *Op. Cit.*

¹³⁶ Art. 51-G. É vedado inserir, como despesa, valores que não resultam exclusivamente da prestação do serviço delegado, tais como (...). *Op. Cit.*

¹³⁷ Consoante ao Portal Justiça Aberta do CNJ, no primeiro semestre de 2020, 32,3% das serventias extrajudiciais no país têm faturamento semestral bruto inferior a R\$ 100.000,00. Sobre o tema: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça Aberta**. Amostragem da arrecadação dos Serviços Extrajudiciais, ref: 1º semestre de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?>. Acesso em: 08 nov. 2020.

¹³⁸ *Ibidem*. Conforme se extrai dos dados disponibilizados pelo CNJ, 536 cartórios têm faturamento bruto semestral de até R\$ 2.000,00.

Assim, cumpre considerar que “entre 60% a 80% do faturamento bruto de um Cartório nos mais diferentes Estados do Brasil é destinado a repasses legais a órgãos públicos, fundos diversos, programas de reaparelhamento, entidades terceiras ou ao custeio administrativo”¹³⁹. A porcentagem a recair sobre o faturamento bruto dos cartórios difere de Estado para Estado, dependendo de fatores como o valor do ISS, dos repasses obrigatórios estaduais, bem como dos custos trabalhistas e do próprio mercado imobiliário da localidade. No Rio de Janeiro¹⁴⁰, por exemplo, em 2017, as serventias fluminenses destinavam, em média, 40,45% de seu faturamento bruto para cobrir despesas de funcionamento (salários e encargos, aluguel da sede, assessorias, etc) e 34% com repasses legais (Fundo Especial do Tribunal de Justiça, Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, Fundo Especial da Defensoria Pública e Fundo do Registro Civil). Da soma restante, devem ser descontados ainda os valores gastos com impostos, como o ISS e o imposto de renda auferido sobre o rendimento do titular.

Tal situação, per se, já dificultaria a adoção do Provimento n. 67 por grande parte das serventias, vez que sua implementação requer possíveis investimentos na modificação da estrutura física do cartório¹⁴¹, e gastos com os treinamentos adequados para o exercício da conciliação e mediação.

A título de exemplo, no que diz respeito à estrutura necessária para a implementação do Provimento n. 67, o TJSP, ao regulamentar a matéria, exige que sejam observadas as orientações de estrutura emitidas pelo NUPEMEC paulista¹⁴², tais como a implementação de uma sala exclusiva na serventia para a realização das sessões, possíveis alterações na mobília e nos guichês de atendimento. Segundo as provisões do TJSP, para que as serventias ofereçam serviços de conciliação e mediação, elas devem contar com uma estrutura semelhante à de um CEJUSC.

¹³⁹ LUIZARI, Larissa. Repasse e despesas: para onde vai o dinheiro pago aos cartórios brasileiros?. **Revista Cartórios com você**, São Paulo, ed. 8., p. 17, maio/jul., 2017.

¹⁴⁰ *Ibidem*. p. 23.

¹⁴¹ Como dispõe o art. 21 do Provimento: “Os serviços notariais e de registro manterão espaço reservado em suas dependências para a realização de conciliação e mediação durante o horário de atendimento ao público. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 67 de 03 de março de 2009**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/124>>. Acesso em: 07 out. 2020.

¹⁴² 104. Os serviços notariais e de registro manterão espaço reservado em suas dependências para a realização das sessões de conciliação e de mediação durante o horário de atendimento ao público, observando as orientações de estrutura emitidas pelo NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos que superarem os requisitos mínimos fixados em conformidade com os itens 14 e seguintes do Capítulo XIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. Sobre o tema, acessar: TJSP. Curso de Gestão de CEJUSCS. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/CursoGestaoCejusc.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Embora seja pacífico entre a melhor Doutrina que o espaço físico influencia na qualidade dos MASCS, fato é que tal exigência, nos moldes das normas do TJSP, inviabiliza a adoção do Provimento n. 67 - caso o financiamento dependa exclusivamente dos delegatários.

Tal assertiva pode ser melhor visualizada quando considerados apenas os cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais. Presentes em todos os municípios do país¹⁴³, 52% dos RCPNs brasileiros apresentavam, em 2017, faturamento bruto mensal entre R\$ 500,00 e R\$ 10.000,00. A situação de penúria do cartório com maior capilaridade do Brasil é tal que em 2018, por meio do Provimento n. 81, o CNJ reafirmou a exigência de que os Tribunais de Justiça garantam uma renda mínima para os registradores de pessoas naturais, a qual, em 2020, ainda não foi instituída por 10 estados da Federação¹⁴⁴, ou quando instituída, muitas vezes limita-se a um salário mínimo¹⁴⁵. Assim sendo, é certo que a adoção dos serviços de conciliação e mediação por grande parte das serventias do país é uma preocupação de menor importância para seus delegatários.

3.3.4. Emolumentos

O Provimento n. 67, em seu art. 36 estabelece que

Art. 36. Enquanto não editadas, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, normas específicas relativas aos emolumentos, observadas as diretrizes previstas pela Lei n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000, aplicar-se-á às conciliações e às mediações extrajudiciais a tabela referente ao menor valor cobrado na lavratura de **escritura pública sem valor econômico**. (grifos nossos)

¹⁴³ Art. 44. Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo. BRASIL. **Lei n° 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁴⁴ ARPEN/BR. **Painel Nacional**, situação sobre a situação do Registro Civil das Pessoas Naturais nos diversos Estados da Federação, 21 out. 2020. Disponível em: <<http://www.arpenbrasil.org.br/institucional.php?id=5#:~:text=Status%3A%20em%20funcionamento,-Ressarcimento%3A%20ressarce%20todos%20os%20atos%20gratuitos%20praticados%20pelos%20Cart%C3%B3rios%20de,sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos%20federal%20mediante%20complementa%C3%A7%C3%A3o.>>>. Acesso: 21 out. 2020.

¹⁴⁵ A título de exemplo, conforme os dados disponibilizados pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, no dia 21 de outubro de 2020, os seguintes contavam com as respectivas rendas mínimas para Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais: Alagoas, R\$ 1.200,00; Ceará, R\$ 1.733,00; Espírito Santo, R\$ 955,95; Paraíba, 1 salário mínimo; Santa Catarina, R\$ 1.936,00. *Ibidem*.

Em outros termos, independentemente do valor da causa, o preço a ser pago pelas partes dependerá exclusivamente da quantidade de horas empregadas nas sessões de conciliação/mediação. É certo que, tratando-se de emolumento, a criação de tributo específico relativo aos serviços de conciliação e mediação pode se dar mediante a edição de lei estadual – o próprio artigo em destaque explicita tal condição. Por ora, contudo, não houve qualquer iniciativa legislativa nesse sentido, prevalecendo o disposto no Provimento n. 67.

Ao discorrer sobre a matéria, o tabelião Ygor Ramos C. Pinheiro¹⁴⁶ entende que

(...) o critério de cobrança deve ser **com valor econômico** (escritura pública com valor econômico), pois o mediador ou conciliador atuará na tentativa de se chegar a um acordo sobre direito patrimonial representativo de certo montante, o que leva à necessidade de adequada remuneração, além de levar em consideração o risco a que se submete. (...) O risco enfrentado, o preparo exigido e o custo demandado, quando comparados à remuneração ajustada pelo CNJ, vem tirando de tabeliães o interesse em qualificar-se e a seus prepostos, tendo em vista o baixo número de cadastros efetuados desde a edição do provimento. Talvez uma revisão na questão da remuneração pudesse fazer com que mais notários cadastrassem-se e, assim, todo o potencial de diminuir o número de demandas que chegam no Poder Judiciário seja alcançado. (grifos do texto original)

O entendimento do tabelião revela, pois, uma das variáveis que influem na qualidade e, logo, na efetividade, dos MASCS. Por mais bem-vindas que sejam as sessões conduzidas por voluntários, a adequada remuneração tem sido uma preocupação constante dos formuladores de políticas públicas de fomento aos métodos consensuais, sejam eles do Poder Judiciário, sejam eles do Poder Legislativo. Afinal, “a profissionalização dos serviços é fundamental, não podendo uma política pública dessa envergadura fundar-se no voluntariado¹⁴⁷”.

Nesse sentido, importante notar que, no que diz respeito aos conciliadores e mediadores judiciais, o CNJ, por meio de sua Resolução n. 271¹⁴⁸, de 11 de dezembro de 2018, garantiu remunerações que variam conforme o profissional envolvido¹⁴⁹, as horas empenhadas

¹⁴⁶ PINHEIRO, Ygor Ramos Cunha. Arbitragem Notarial. Salvador: Juspodivm, 2020. In: EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada**. 4. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 43.

¹⁴⁷ GORETTI, Ricardo. Mediação e acesso a Justiça. Salvador: Juspodivm, 2016. In: SPENGLER, Fabiana Marion. A remuneração de conciliadores e mediadores judiciais: considerações sobre a resolução 271/2018 do CNJ. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 298, p. 419, dez., 2019.

¹⁴⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 271, de 11 de dezembro de 2018**. Fixa parâmetros de remuneração a ser paga aos conciliadores e mediadores judiciais, nos termos do disposto no art. 169 do Código de Processo Civil – Lei n. 13.105/2015 – e no art. 13 da Lei de Mediação – Lei 13.140/2015. Brasília, 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_271_11122018_12122018115214.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

¹⁴⁹ Conforme dispõe o art. 2º da Resolução CNJ n. 271: o mediador deverá indicar expectativa de remuneração, por patamares, quando de sua inscrição no Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores, com vistas ao cumprimento do estabelecido no §1º do art. 169 do Código de Processo Civil, que determina, nos casos de justiça gratuita, a possibilidade de escolha, pela própria parte, de mediadores judiciais que atuem

nas audiências e o valor estimado da causa em disputa. Tal é a distinção entre os diferentes e possíveis cenários, que o valor da remuneração pode variar de R\$ 60,00 a R\$ 1.250,00 a hora.

Assim sendo, soa pouco razoável lastrear o valor das horas empregadas nas sessões em serventias extrajudiciais ao menor preço de uma escritura pública sem valor econômico. A começar, porque tal determinação contrasta com a relativa liberdade de gestão de que gozam os delegatários quanto ao gerenciamento interno de suas serventias. Em segundo lugar, porque referida limitação faz das sessões de conciliação e mediação em cartório serviços pouco atrativos aos melhores profissionais. Por último, e não menos importante, porque, sendo emolumento, dita remuneração sujeita-se aos já citados repasses obrigatórios, o que faz por reduzi-la ainda mais, tornando-se um desincentivo à adoção do Provimento CNJ n. 67/2018 e, por conseguinte, minucando a possibilidade de se expandir os métodos consensuais de solução de conflitos via serviços de notas e registros Brasil afora.

voluntariamente ou *pro bono*. §1º os patamares remuneratórios relativos às faixas de autoatribuição serão denominados da seguinte forma: I – voluntário; II – básico (nível de remuneração 1); III – intermediário (nível de remuneração 2); IV – avançado (nível de remuneração 3); e V – extraordinário. *Op. Cit.*

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscou-se confirmar a relação entre a baixa aderência ao Provimento CNJ n. 67/2018 e as peculiaridades que envolvem a gestão, a outorga, a natureza jurídica e a fiscalização das serventias extrajudiciais. Para se verificar a hipótese levantada, foram identificadas as principais características dos serviços de notas e registros de modo a contrapor-las a certas disposições presentes no Provimento n. 67 a fim de se averiguar possíveis incompatibilidades entre elas.

Embora serviços distintos, restou claro que os serviços de conciliação e mediação guardam certas semelhanças com as atividades notariais e de registros. Ainda que, *prima facie*, destinem-se a objetivos diferentes, ambas as atividades têm a função precípua de zelar pela pacificação social, dirimindo conflitos antes que estes atinjam a seara judicial. Enquanto a pacificação social empenhada por notários e registrador é realizada por intermédio da qualificação dos títulos a eles levados, os conciliadores e mediadores concretizam-na pela adequada condução das sessões por que são responsáveis. A semelhança entre eles torna-se evidente quando verificados os princípios que regem suas atuações profissionais, tanto conciliadores/mediadores como tabeliães/registradores comungam de valores como confidencialidade, imparcialidade e independência.

Somando-se a isso, os serviços de notas e registros apresentam singularidades que os tornam ainda mais atrativos para o movimento de desjudicialização: são exercidos em caráter privado, mas sob estreita fiscalização do Poder Judiciário. O local que ocupam tais serviços na organização da Justiça é, diga-se de passagem, um dos fatores mais relevantes para a implementação do Provimento n. 67, vez que permite a correta e necessária coordenação dos MASCs pelo Judiciário, sem representar um ônus aos cofres públicos.

Ainda assim, a despeito do movimento internacional em atrelar os serviços notariais aos métodos consensuais de solução de conflitos, o exercício da conciliação e mediação por titulares de cartórios deve ser visto com cautela. Os MASCs são atividades que se relacionam a diferentes campos do conhecimento e, como tal, exigem treinamentos específicos – não bastando a mera formação em Direito, por exemplo.

Nesse sentido, assim como na Espanha, o Provimento n. 67 exige que os notários e registradores que objetivem implementar tais MASCs em suas serventias apresentem certificado de formação em curso devidamente disciplinado pelo Poder Judiciário. Além disso, ficam limitados a conduzir sessões de conciliação/ mediação que versem sobre questões

relativas às especialidades de suas serventias – conforme se extrai do próprio artigo 42 da Lei de Mediação.

Ocorre, contudo, que ao delimitar a atuação dos delegatários às atribuições de seus cartórios, o Provimento n. 67 (regulamentando o art. 42, LM) impõe uma desvantagem às serventias em relação às câmaras privadas de conciliação e mediação. Não obstante ambas exerçam atividades no âmbito extrajudicial, as câmaras privadas podem exercer conciliação e mediação pré-processuais por intermédio de profissionais que não atendam às exigências curriculares da Resolução CNJ n. 125/2010.

Além disso, ao afirmar que tais serviços serão pagos por meio de emolumentos, estabelecendo como parâmetro o menor valor de uma escritura pública sem valor econômico, o STJ faz por sufocar ainda mais os cartórios e tornar o Provimento de pouca atratividade. Com pouca liberdade de gestão, devido às limitações impostas, o titular recebe pouco e ainda tem de repassar parte dos valores recebidos aos cofres públicos devido à natureza jurídica dos emolumentos.

Os principais obstáculos identificados, contudo, dizem respeito à situação fática das serventias extrajudiciais brasileiras. Muitas vezes titulares de cartórios deficitários, os delegatários sequer contam com renda mínima adequada, de modo que a implementação dos quase desconhecidos serviços de conciliação e mediação extrajudiciais revelam-se um investimento de alto risco e pouca atratividade. Ademais, cumpre observar que é grande o número de serventias vagas no país, situação que inviabiliza a adoção do Provimento n. 67.

Conclui-se, pois, que a localização dos serviços de notas e registros entre o judicial e o extrajudicial acaba por ser uma via de mão dupla. Se, por um lado, a proximidade do Poder Judiciário é tida como um instrumento de transformação das serventias extrajudiciais em vias de efetivo acesso à Justiça, por outro, a excessiva regulamentação, o pagamento das sessões de conciliação e mediação por meio de emolumentos, e seus respectivos repasses obrigatórios, bem como a limitação na atuação dos titulares às especialidades de suas serventias, revelam-se verdadeiros desincentivos à adoção do Provimento n. 67.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros

AMADEI, Vicente de Abreu. Serviço de protesto de títulos deve ser extinto?. In: DIP, Ricardo Henry Marques (Org.). **Registros públicos e segurança jurídica**. 1. ed. Porto Alegre: Fabris, 1998.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

BARBOSA E SILVA, Erica. Conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais. In: TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. p. 319.

CALMON, Petrônio. Introdução. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e dos Registradores comentada**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Eleonora. Desenvolvimento da cultura dos métodos adequados de solução de conflitos: uma urgência para o Brasil. In: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (Coords.). **Arbitragem e Mediação: A Reforma da Legislação Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo do Conhecimento**. 21. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada**. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

_____. **Sistema Multiportas**: a mediação e a conciliação nos cartórios como instrumento de pacificação social e dignidade humana. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Novo CPC. In: BONATO, Giovanni et. al. **O Novo Código de Processo Civil**: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015. p. 2.

GALVÃO, Fernanda Koeler; GALVÃO FILHO, Maurício Vasconcelos. Da mediação e da conciliação na definição do novo Código de Processo Civil: artigo 165. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernando Medida; PELAJO, Samantha (Orgs.). **A Mediação no Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016. p. 73.

LAMANAUSKAS, Milton Fernando; PEDROSO, Regina. **Direito Notarial e Registral atual**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2019.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos: teoria e prática**. 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama; SOARES, Irineu Carvalho de Oliveira. Princípios procedimentais da mediação no novo Código de Processo Civil. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernando Medida; PELAJO, Samantha (Orgs.). **A Mediação no Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2016.

PAIVA, João Pedro Lamana Paiva. Gratuidade Emolumentar no Novo CPC. DIP, Ricardo (Org.). **Direito Registral e o Novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. p. 160.

PINHEIRO, Ygor Ramos Cunha. Arbitragem Notarial. Salvador: Juspodivm, 2020. In: EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada**. 4. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 43.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. Mediação obrigatória: um oximoro jurídico e mero placebo para a crise do acesso à Justiça. In: ALMEIDA, Diogo de Assumpção Rezende et. al. **Arbitragem e Mediação: temas controvertidos**. Rio de Janeiro: Editoria Forense, 2014.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020.

SOUSA, José Augusto Garcia. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. (Coords.). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 164.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e meios consensuais de solução de conflitos. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; CRESPO, Mariana Hernandez (Orgs.). **Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

2. Artigos

BRANISELJ, Erika. National Report Slovenia. **Notarius Internacional**, v. 3-4/2004, p. 169 - 171. Disponível em: <http://212.63.69.85/Database/2004/notarius_2004_03_169_en.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A mediação e o notariado**. In: Jornal Valor Econômico. Publicação de 27.08.2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/noticia/2013/08/26/a-mediacao-e-o-notariado.ghml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

CLEVE, Clemerson Merlin; SARLET; Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Os limites constitucionais das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, 21 nov. 2005. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/18408/os-limites-constitucionais-das-resulocoos-do-conselho-nacional-de-justica-cnj-e-conselho-nacional-do-ministerio-publico-cnmp>>. Acesso: 07 nov. 2020.

DUARTE JUNIOR, Luiz Perisse; VERÇOSA, Fabiane. **Tabeliães e Registradores e Mediação e Conciliação Extrajudiciais**, 02 de junho de 2017. Disponível em: <<http://cbar.org.br/site/wp-content/uploads/2018/04/Parecer-CBAr-PL-7600.2014-Luiz-Pe%CC%81risse%CC%81-Duarte-Junior-e-Fabiane-Verc%CC%A7osa.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

FRANCO, Ricardo César; KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. Entre a lei e a voluntariedade: o modelo institucional de resolução extrajudicial de conflitos em defensorias públicas. **Revista da Defensoria Pública**, a. 5, v. 1, p. 81-101, 2012. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2954>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GORETTI, Ricardo. Mediação e acesso a Justiça. Salvador: Juspodivm, 2016. In: SPENGLER, Fabiana Marion. A remuneração de conciliadores e mediadores judiciais: considerações sobre a resolução 271/2018 do CNJ. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 298, p. 419, dez., 2019.

GUERRERO, Luis Fernando. Conciliação e mediação: Novo CPC e leis específicas. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, RT, v. 41, p. 19 e ss., abr. 2014.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **A Natureza da Atividade Notarial: Breve Reflexões em Face da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**, 21 jan. 2015. GEN Jurídico Online. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2015/01/21/natureza-da-atividade-notarial-breve-reflexoes-em-face-da-jurisprudencia-do-superior-tribunal-de-justica/#_ftn2>. Acesso em: 11 out. 2020.

LUIZARI, Larissa. Repasse e despesas: para onde vai o dinheiro pago aos cartórios brasileiros?. **Revista Cartórios com você**, São Paulo, ed. 8., p. 17, maio/jul., 2017.

MAFFINI, Rafael. Serviços notariais e de registro: a gestão privada de uma função pública. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, vol. 85, p. 391-404, jul./dez., 2018.

MAZZONETTO, Nathalia. A escolha da mediação e do mediador nas disputas de propriedade intelectual: *to be or not to be an expert?*. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, RT, v. 42, p. 279 e ss., jul. 2014.

NALINI, José Renato. A mais inteligente estratégia do Poder Constituinte de 1988. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 85, p. 285, jul./dez., 2018.

PANSIERI, Flávio. Conselho Nacional de Justiça. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Álvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (Coords.). Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (Coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/52/edicao-1/conselho-nacional-de-justica#:~:text=Assim%2C%20note%2Dse%20que%20o,est%C3%A1%20sujeito%20\(ADI%203367\).](https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/52/edicao-1/conselho-nacional-de-justica#:~:text=Assim%2C%20note%2Dse%20que%20o,est%C3%A1%20sujeito%20(ADI%203367).>)>. Acesso: 10 out. 2020.

RUIZ-CASTILLO, Marta. Mediación: La alternativa donde todas las partes ganan. **Revista Escritura Pública**, v. 124, p. 71., jul./ago., 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion. A remuneração de conciliadores e mediadores judiciais: considerações sobre a resolução 271/2018 do CNJ. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 298, p. 419, dez., 2019.

3. Jurisprudência

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AREsp 7929 RS 2011/0060630-9**. Relator: Ministro Humberto Martins. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/892257932/agravo-em-recurso-especial-aresp-7929-rs-2011-0060630-9/decisao-monocratica-892257942?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 08 out. 2020

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 1.800/SC**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=2079>>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.415/SP**. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1718027>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.602-0/MG**. Relator: Ministro Eros Grau. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266859>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 3.367/DF**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363371>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **MC em ADI 12-6/DF**. Relator: Ministro Carlos Britto. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=372910>>. Acesso: 07 nov. 2020.

4. Legislação

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n. 4.685 de 29 de abril de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 mar. 2003. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4685&ano=2003&ato=c19oXTq1EeRpWT024>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18935.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o §2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017**. Altera a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13484.htm>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 108**. Acrescenta inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer o emprego de meios extrajudiciais de solução de conflitos como um direito fundamental. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122592>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.600, de 22 de maio de 2014**. Acrescenta incisos ao art. 6º da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, que “regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios)”, a fim de estabelecer novas atribuições aos notários. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616794>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ESPANHA. Ley 5/2012, de 6 de julho de 2012. Dispõe sobre mediação em assuntos civis e mercantis. **Boletín Oficial del Estado: Legislación Consolidada**. Madri, 2012. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/pdf/2012/BOE-A-2012-9112-consolidado.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

FRANÇA. **Code Civil**. Edition 2020-09-26. Disponível em: <<http://codes.droit.org/PDF/Code%20civil.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PERU. **Ley nº 29227**, Procedimiento no contencioso de Separación Convencional y Divorcio Ulterior. Disponível em: <<https://www.gob.pe/438-divorcio-rapido-ley-n-29227>>. Acesso em: 02 out. 2020.

5. Normas Administrativas

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **Provimento n. 16 de 17 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1299>>. Acesso em: 07 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 28 de 05 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas

Naturais, nas hipóteses que disciplina. Disponível em:
<<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1730>>. Acesso em: 07 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 67 de 03 de março de 2009**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/124>>. Acesso em: 07 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 72 de 27 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2621>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 73 de 28 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 07 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 125 de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado160204202007225f1862fcc81a3.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 271, de 11 de dezembro de 2018**. Fixa parâmetros de remuneração a ser paga aos conciliadores e mediadores judiciais, nos termos do disposto no art. 169 do Código de Processo Civil – Lei n. 13.105/2015 – e no art. 13 da Lei de Mediação – Lei 13.140/2015. Brasília, 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_271_11122018_12122018115214.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TJCE. **Provimento CGJ nº 12/2013**, dispõe sobre a autorização e a implementação, no âmbito das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, dos procedimentos de mediação e conciliação. Disponível em:

<<https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2013/06/PROV-12-13.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TJDF. **Provimento CGJ 19/2017**. Dispõe sobre a mediação extrajudicial no âmbito das serventias extrajudiciais do Distrito Federal. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/provimento-extrajudicial/2017/provimento-19-de-19-06-2017>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TJRJ. **Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Parte Extrajudicial. Atualizada em 03 nov. 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1042444/cncgj-extrajudicial-2020.pdf/ace419f5-8a49-0e09-9feb-9a12fce7977a?version=1.13>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

TJRN. **Provimento CGJ 159/2016**. Possibilita a mediação e conciliação no âmbito das serventias extrajudiciais do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://corregedoria.tjrn.jus.br/index.php/normas/atos-normativos/provimentos/provimentos-2016/10666-provimento-1592016-cgjrn/file>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TJSP. **Provimento CGJ nº 17/2013**, autoriza e implementa a mediação e a conciliação extrajudicial no Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/mediacao-e-conciliacao-serventias-extrajudiciais-autorizacao-provimento-cg-17-2013.html>>. Acesso em: 16 out. 2020.

TJSP. **Provimento CGJ n. 42/2018**, 07 de dezembro de 2018. Acrescenta os itens 92 e seguintes do Capítulo XIII do Tomo II das Normas de Serviços da Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/_Documentos/Uploads/Provimento%20n%2042-2018.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

6. Eventos

XVII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO. **Resolución final**, Lima: UINL, 2013. Disponível em: <http://www.cfna.org.ar/documentacion/congresos-internacionales-del-notariado/27-congreso-internacional-del-notariado_-_lima-2013.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

XXIII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO. **Resolución final**, Atenas: UINL, 2001. Disponível em: <<http://www.acervonotarios.com/files/Resolucion%20Final%20del%20XXIII%20Congreso%20Internacional%20del%20Ia%20Union%20Internacional%20del%20Notariado%20Latino.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2020.

LX ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES GERAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. **Conclusões finais**, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/uploads/2020/04/25/60o-encoge.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

LXIV ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES GERAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. **Conclusões finais**, nov. 2013. Disponível em: <<https://www.kollemata.com.br/uploads/2020/04/25/64-encoge.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

7. Outros

26º TABELIONATO DE NOTAS. **Código de Ética e Disciplina Notarial**. Disponível em: <https://www.26notas.com.br/blog/?page_id=4548>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ARPEN/BR. **Painel Nacional**, situação sobre a situação do Registro Civil das Pessoas Naturais nos diversos Estados da Federação, 21 out. 2020. Disponível em: <<http://www.arpenbrasil.org.br/institucional.php?id=5#:~:text=Status%3A%20em%20funcionamento.-,Ressarcimento%3A%20ressarce%20todos%20os%20atos%20gratuitos%20praticados%20pelos%20Cart%C3%B3rios%20de,sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos%20federal%20mediante%20complementa%C3%A7%C3%A3o.>>>. Acesso: 21 out. 2020.

CNJ autorizou e disciplinou a realização de serviços de conciliação e mediação em cartórios extrajudiciais, 20 jul. 2018. Disponível em: <<https://civel.mppr.mp.br/2018/07/17/CNJ-autorizou-e-disciplinou-a-realizacao-de-servicos-de-conciliacao-e-mediacao-em-cartorios-extrajudiciais.html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2019**. Brasília, 2019. p. 89. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números: 3,9 milhões de acordos homologados em 2019**, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros-39-milhoes-de-acordos-homologados-em-2019/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Política Judiciária Nacional, NUPEMECs e CEJUSCs**, 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/perguntas-frequentes-7/politica-judiciaria-nacional-nupemecs-e-cejuscs/>>. Acesso em: 16 nove. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça Aberta**. Amostragem da arrecadação dos Serviços Extrajudiciais, ref: 1º semestre de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CARTÓRIO em Números: Capilaridade, Serviços Eletrônicos, Cidadania e Confiança. **ANOREG/BR**, 2020. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Cart%C3%B3rio-em-n%C3%BAmoros-1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CARTÓRIOS poderão realizar mediação e conciliação para solucionar conflitos. IBDFAM, 04 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/noticias/6574/Cart%C3%B3rios+poder%C3%A3o+realizar+media%C3%A7%C3%A3o+e+concilia%C3%A7%C3%A3o+para+solucionar+conflitos>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

HARVARD LAW SCHOOL. **What is the Multi-Door Courthouse Concept**, 2019. Disponível em: <<https://www.pon.harvard.edu/daily/international-negotiation-daily/a-discussion-with-frank-sander-about-the-multi-door-courthouse/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

NOTARIES OF EUROPE. **Mediation for Notaries - Notaries for Mediation**, 22 mar. 2018. Disponível em: <http://www.notaries-of-europe.eu//index.php?pageID=16169&change_language>. Acesso em: 10 out. 2020.

POPULAÇÃO dá nota à confiabilidade das instituições. **ANOREG/BR**, 2009. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/salas-tematicas/pesquisa-datafolha/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

ROVER, Tadeu. CNJ confirma proibição de conciliação em cartórios, 10 set. 2013. **Conjur**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-set-10/cnj-confirma-liminar-proibe-mediacao-conciliacao-cartorios-sp>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TJRJ. **CEJUSC**, 2020. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/mediacao/cejusc#:~:text=Os%20Centros%20Judici%C3%A1rios%20de%20Solu%C3%A7%C3%A3o,busque%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20suas%20causas%2C>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TJRS. Listagem publica dos serviços notariais e de registro autorizados para os procedimentos de conciliação e de mediação, 16 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-extrajudiciais/listagem-publica-dos-servicos-notariais-e-de-registro-autorizados-para-os-procedimentos-de-conciliacao-e-de-mediacao/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TJSP. Curso de Gestão de CEJUSCS. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/CursoGestaoCejusc.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva 2008/52/CE**, de 21 de Maio de 2008, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32008L0052>>. Acesso em: 10 out. 2020.